

DIÁLOGO GLOBAL 2.5

A vocação da sociologia

Zygmunt Bauman

Quem é Izabela Barlinska?

Vila Sésamo

Tamara Kay

Rio + 20

Herbert Docena

- > **Feminismo e Neoliberalismo**
- > **Feminismo Ucraniano em ação**
- > **Insegurança na América Latina**
- > **A classe média negra na Colômbia**
- > **O real estado da sociologia na Rússia**
- > **A Sociologia britânica num período de austeridade**
- > **O Congresso de Yokohama**
- > **Universidades Italianas à venda**
- > **ISA na ONU: Crime e Justiça**
- > **Ensaio fotográfico: uma armadilha mortal para os migrantes**
- > **Editor para o eSymposium?**

NEWSLETTER



International
Sociological
Association



VOLUME 2 / EDIÇÃO 5 / AGOSTO 2012

DGN



> Editorial

A sociologia como vocação

Max Weber proferiu as suas inspiradas e inspiradoras palestras – “A ciência como vocação” e “A política como vocação” – a convite de estudantes de Munique em 1917 e 1919. Nessas palestras ele despejou toda a sua experiência de vida como cientista e político desenvolvendo uma sociologia das vocações, mas não examinando diretamente a vocação da sociologia. A Diálogo Global se baseia em seu legado para inaugurar uma nova série chamada “A sociologia como vocação”.

Apropriadamente, começamos com Zygmunt Bauman, que se sente des-confortável com a separação de Weber entre ciência e política. Em oposição a Weber, para Bauman hoje em dia a ciência se transforma muito facilmente em política sob a forma de razão administrativa, enquanto a política tem se separado do poder. Para Bauman, então, a sociologia deve transcender a separação entre ciência e política através da abertura de um diálogo de mão dupla com o público.

Esse diálogo aberto é endossado nesta edição por nosso companheiro sociólogo polonês, pelas considerações de Izabela Barlinska sobre a sociedade civil em um período de solidariedade, pelas considerações de Tamara Kay sobre a adaptação negociada de Vila Sésamo para a política e a cultura de diferentes países, e pela insistência de Koichi Hasegawa para que a sociologia japonesa defenda o diálogo público sobre os perigos da energia nuclear. Por muito tempo, as feministas promoveram o diálogo público para protestar contra a marginalização das mulheres e das minorias e, aqui, Tamara Martsenyuk descreve a política de rua do feminismo na Ucrânia. Finalmente, é esse diálogo entre a ciência e os movimentos sociais que Herbert Docena encontra ausente na recente conferência da ONU para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), onde, em vez disso, os cientistas reivindicaram uma neutralidade privilegiada de acesso ao poder – a própria razão tecnocrática que Bauman deprecia.

Nós precisamos de diálogo, especialmente agora, escreve Bauman, em tempos líquidos definidos por incerteza e insegurança. Nossos artigos nessa edição ressoam as suas preocupações: a sensação cada vez mais profunda de insegurança na América Latina (Kessler); as consequências do racismo para os afro-colombianos (Vigoya); as tentativas da ONU para lidar com a violência contra os migrantes (Barbaret); e como o Estado dos E.E.U.U. está envolvido nessa violência (Elcioglu). Romanovsky e Toshchenko apontam uma nova sociologia russa que aborda a insegurança econômica pós-Soviética. Por fim, a precariedade engolfa universidades – assim como alunos e professores – em vários lugares, como Corradi descreve sobre o caso da Itália. Enquanto a sociologia documentar essas inseguranças, enquanto as inseguranças derem origem a protestos, como elas certamente dão, a esperança não estará perdida.

Cheio de pessimismo sobre o futuro – “uma noite polar de gélida escuridão” – depois da derrota da Alemanha na I Guerra Mundial, Weber ainda finaliza “A política como vocação” com um aceno otimista: para alcançar o possível, é necessário tentar o impossível. Levar adiante o impossível como se fosse algo alcançável é uma das tarefas mais nobres da sociologia e, ironicamente, também sobrepondo a ciência à política e a política à ciência. Hoje, portanto, Weber e Bauman unem forças.

A Diálogo Global é publicada cinco vezes por ano em 13 idiomas. Ela pode ser acessada no [website da ISA](#). Submissões devem ser encaminhadas para Michael Burawoy: burawoy@berkeley.edu



Sobre a vocação da sociologia na modernidade líquida. Na nova coluna sobre “a sociologia como vocação,” Zygmunt Bauman, nosso intérprete icônico da modernidade, revela o que a sociologia significa para ele, os rumos que ela deve tomar e as que ela deve evitar.



Quem é Izabela Barlinska? Nesta entrevista, Izabela Barlinska fala de sua história inicial com a ISA, como ela se encontrava no exílio da Polônia no período pós-Solidariedade, antes de ser captada pela ISA.



Educar as crianças na rua mais longa do mundo. Tamara Kay descreve o processo de negociação e transformação cultural que trouxe a Vila Sésamo, o popular programa televisivo de educação infantil, para tantos países.

> Corpo Editorial

Editor:

Michael Burawoy.

Editores executivos:

Lola Busuttil, August Bagà.

Editores associados:

Margaret Abraham, Tina Uys, Raquel Sosa,
Jennifer Platt, Robert Van Krieken.

Conselho editorial:

Izabela Barlinska, Louis Chauvel, Dilek Cindoğlu,
Tom Dwyer, Jan Fritz, Sari Hanafi, Jaime Jiménez,
Habibul Khondker, Simon Mapadimeng, Ishwar Modi,
Nikita Pokrovsky, Emma Porio, Yoshimichi Sato,
Vineeta Sinha, Benjamin Tejerina, Chin-Chun Yi,
Elena Zdravomyslova.

Editores regionais

Mundo Árabe:

Sari Hanafi, Mounir Saidani.

Brasil:

Gustavo Taniguti, Juliana Tonche, Pedro Mancini,
Fabio Silva Tsunoda, Célia da Graça Arribas,
Andreza Galli, Renata Barreto Preturlan.

Colômbia:

María José Álvarez Rivadulla, Sebastián
Villamizar Santamaría, Andrés Castro Araújo.

Índia:

Ishwar Modi, Rajiv Gupta, Rashmi Jain, Uday Singh.

Irã:

Reyhaneh Javadi, Shahrad Shahvand,
Saghar Bozorgi, Fatemeh Moghaddasi,
Najmeh Taheri.

Japão:

Kazuhisa Nishihara, Mari Shiba, Kousuke Himeno,
Tomohiro Takami, Yutaka Iwadate, Kazuhiro Ikeda,
Yu Fukuda, Michiko Sambe, Takako Sato, Shohei
Ogawa, Tomoyuki Ide, Yuko Hotta, Yusuke Kosaka.

Polônia:

Mikołaj Mierzejewski, Karolina Mikołajewska,
Jakub Rozenbaum, Kamil Lipiński, Adam Muller,
Wojciech Perchuć, Anna Piekutowska, Zofia Włodarczyk.

Rússia:

Elena Zdravomyslova, Anna Kadnikova,
Elena Nikiforova, Asja Voronkova.

Taiwan:

Jing-Mao Ho.

Turquia:

Aytül Kasapoğlu, Nilay Çabuk Kaya, Günnur Ertong,
Yonca Odabaş.

Consultores de Mídia:

Annie Lin, José Reguera.

> Nesta Edição

Editorial: A sociologia como vocação **2**

Sobre a vocação da sociologia na modernidade líquida
Por Zygmunt Bauman, Reino Unido **4**

Quem é Izabela Barlinska?
Entrevista com a Secretária Executiva da ISA, Espanha **6**

> NEGOCIANDO O FUTURO

Educar crianças na rua mais longa do mundo
Por Tamara Kay, Universidade de Harvard, EUA **10**

Tomando partido na Rio+20
Por Herbert Docena, Filipinas **12**

> O FEMINISMO HOJE

Feminismo e neoliberalismo
Por Sylvia Walby, Reino Unido **15**

Feminismo Ucraniano em ação
Por Tamara Martsenyuk, Ucrânia **17**

> ESTRATIFICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Níveis crescentes de insegurança na América Latina
Por Gabriel Kessler, Argentina **19**

A classe média negra na Colômbia
Por Mara Viveros Vigoya, Colômbia **21**

> SOCIOLOGIAS NACIONAIS

Sobre o estado real da sociologia na Rússia
Por N.V. Romanovsky e Zh.T. Toshchenko, Rússia **23**

A Sociologia Britânica num período de austeridade
Por John D. Brewer, Reino Unido **25**

O Congresso de Yokohama: uma ponte para um mundo mais igual
Por Koichi Hasegawa, Japão **26**

Universidades italianas à venda
Por Laura Corradi, Itália **28**

> COLUNAS ESPECIAIS

A ISA na ONU: Crime e Justiça Criminal
Por Rosemary Barberet, EUA **30**

Você está interessado em editar o eSymposium da ISA?
Por Jennifer Platt, Reino Unido **31**

Ensaio fotográfico: uma armadilha mortal para os migrantes
Por Emine Fidan Elcioglu, EUA **32**

> Sobre a vocação da sociologia na Modernidade Líquida

Por Zygmunt Bauman, Universidade de Leeds, Reino Unido



Zygmunt Bauman apresentado por John Brewer, Presidente da Associação Sociológica Britânica, Leeds, 12 de abril de 2012.

Há quase cem anos atrás, durante o apogeu da “modernidade sólida” (dobrada, como se fosse, na construção de uma ordem social livre de contingências e disfunções que assombravam as sociedades ocidentais desde a agonia do “antigo regime” e o início da modernização, obsessivo-compulsivo e viciante que desencadeou), a sociologia invadiu os campi universitários, levando a promessa da razão gerencial presumida de estar encarregada dessa tarefa de construção da ordem. Quase cem anos depois, a academia onde a sociologia hoje está seguramente estabelecida, está cutucada e empurrada, pressionada e comandada por poderes que são, para se fazer útil a “interesses do mundo dos negócios”, que desde então o foco se moveu para uma atualização da

Zygmunt Bauman tem sido um sociólogo ícone da modernidade. Nascido em Poznan, Polônia, em 1925, ele foi durante muitos anos um comunista comprometido. Um renomado sociólogo da Universidade de Varsóvia, ele foi forçado a deixar a Polônia em 1968 como resultado de expurgos anti-semita. Ele assumiu uma posição permanente no departamento de sociologia na Universidade de Leeds, em 1971, onde ele está desde então. Os livros que lhe trouxeram fama nos anos 1980 e 1990 desenvolveram uma crítica da modernidade como uma forma de racionalidade obsessiva, exibida de forma extrema no Holocausto ou no stalinismo, e mais geralmente na incapacidade da racionalidade para lidar com pessoas de fora. Legisladores e Intérpretes, um de seus livros fundamentais, lida com manifestações intelectuais problemáticas que foram construídas e como elas podem se livrar da racionalidade modernista. Se seus primeiros livros foram uma crítica da alta modernidade, o que ele chama de modernidade sólida de hierarquias e de regulação, nos últimos dez anos ter visto um fluxo contínuo de livros sobre modernidade líquida, um mundo de incerteza sem precedentes e insegurança. **Zygmunt Bauman** se torna mais produtivo, mais profético e mais influente a cada dia, e apropriadamente abre a nossa nova coluna em “Sociologia como vocação.”

razão gerencial. Os *slogans* e os argumentos devem ter mudado consideravelmente, mas as estratégias e propósitos da pesquisa e do ensino, não. Como resultado, a sociologia acadêmica sente pouca ou nenhuma pressão para seguir as trilhas do mundo em mudança - cuja falha pode fazer com que profissão sociológica perda a sua conexão e relevância para as mudanças da arena pública dos nossos tempos, como Michael Burawoy e outros previdentes e conscientes porta-vozes da profissão já nos alertaram há mais de uma década atrás.

Os caminhos e significados comumente seguidos nas nossas universidades providenciam um escudo protetor

>>

contra demandas como essas: tão corajosos quanto são urgentes e imperativas. É devido aos procedimentos estabelecidos de graduação, promoção, rotação do corpo de funcionários, auto-reabastecimento e de auto-reprodução, que a sociologia pode se apegar infinitamente à sua forma e estilo existente, ignorando o “mundo em mudança” e a evaporando demandas públicas para os serviços de forma e estilo que foi perfurado e preparado para processar. E isso significa também que ficando à parte do surgimento de demandas de um tipo completamente diferente de serviço, que a sociologia seria capaz de se processar em condições de rever sua forma atualmente dominante e estilo, feito à medida da mentalidade gerencial ou tecnológica do tipo agora recuando rápido para o passado. Em nosso mundo cada vez mais desregulamentado, privatizado e individualizado, tais serviços são extremamente necessários, mas até agora fornecidos de forma moderada, e devem ser processados para o que Anthony Giddens apelidou de “vida política”, isto é, para as tarefas da vida de homens e mulheres cada vez mais cobradas com o dever “de buscar soluções individuais para problemas socialmente produzidos” - como Ulrich Beck infalivelmente resumiu o maior desafio com que a “modernidade líquida” por vezes confronta gerações contemporâneas.

Por mais de meio século de sua história recente, e porque pretende estar a serviço da razão gerencial, a sociologia lutava para se estabelecer como uma ciência / tecnologia da liberdade: como uma oficina de desenho para as configurações sociais destinadas a resolver em teoria, mas o mais importante, na prática, o que Talcott Parsons memorável articulada como “a questão hobbesiana”: como induzir / forçar / persuadir / doutrinar os seres humanos, abençoados / amaldiçoados com o dom ambíguo do livre-arbítrio, a serem normativamente orientados e acompanhados, e a seguir rotineiramente, cursos ainda previsíveis de ação concebidos pelo supervisores e vigílias de ordem social, ou como conciliar o livre-arbítrio com a disposição de se submeter à vontade de outras pessoas, elevando assim a tendência de “servidão voluntária”, observado / antecipado por La Boétie no limiar da era moderna, à categoria de princípio supremo da organização social. Em suma: como fazer as pessoas terem vontade de fazer o que eles devem fazer ...

Na sociedade atual, individualizada pelo decreto do destino, ajudado pela segunda revolução gerencial (que consiste, em grande parte, nos gestores “subsidiando” suas tarefas de gestão para a gestão), a sociologia enfrenta a oportunidade excitante e emocionante de transformar-se, por uma mudança, em uma ciência / tecnologia da liberdade: as formas e os meios através dos quais os indivíduos, por decreto e de jure dos tempos da modernidade líquida pode ser levantada para a classificação dos indivíduos por opção e de fato. Ou, para

tomar uma folha da chamada para das armas de Jeffrey Alexander: o futuro da sociologia, ao menos o seu futuro imediato, encontra-se em um esforço para reencarnar e reestabelecer-se como *política cultural a serviço da liberdade humana*.

E como fazer essa passagem? Qual é a estratégia a seguir? A estratégia consiste em se engajar em um diálogo permanente com a “doxa” ou “conhecimento do ator” (que a sociologia, em sintonia com a razão do velho estilo gerencial, negou valor cognitivo e partiu para “desmascarar”, “erradicar” e “corrigir”), observando os princípios recentemente sugeridos por Richard Sennett em seu ensaio sobre o significado atual do “humanismo”: preceitos de informalidade, abertura e cooperação. “Informalidade”, significa que as regras para o diálogo não são pré-desenhadas, elas emergem no curso do diálogo. “Abertura” significa: ninguém entra no diálogo certo de seu / sua verdade com a tarefa de convencer os outros (titulares, a priori, de idéias erradas). E “cooperação” significa: que no diálogo todos os participantes são simultaneamente professores e alunos, enquanto não há nem vencedores nem perdedores ... O preço a ser pago coletivamente por negligenciar, coletivamente, esse conselho, pode ser a irrelevância (coletivo) da sociologia.

A sociologia, como o resto da sociedade cuja dinâmica é chamada para desvendar e entender, vive atualmente - como Keith Tester da Universidade de Hull sugeriu recentemente - em um período de “interregno”, em que velhas formas de fazer as coisas se manifestam diariamente a sua inadequação, enquanto o novo e formas mais eficazes que esperam para substituí-los ainda não atingiram um estágio de planejamento ... Este é um momento em que tudo ou quase tudo pode acontecer - mas pouco ou nada pode ser realizado com segurança, ou mesmo probabilidade de sucesso. Eu suspeito que prever o destino para o qual nos movemos em tais condições (e muito menos o destino para o qual somos obrigados a chegar o seu resultado) é irresponsável e enganador, uma vez que a impossibilidade de uma ação intencional atingindo as raízes dos problemas da modernidade líquida, e a ausência de órgãos capazes de empreendê-lo e vê-lo passar, são precisamente o que define essas condições.

Isso não significa, porém, que devemos parar de tentar; mas isso não significa que apesar de nunca parar de tentar precisamos tratar cada tentativa sucessiva como outro assentamento provisório: mais um experimento, na necessidade de um teste completo antes de ser proclamado um destino “final”, “ou um” cumprimento “da nossa vocação. ■

> Quem é Izabela Barlinska?

Todos na ISA conhecem o nome Izabela Barlinska – e ela conhece quase todas as pessoas! Eficiente e criativa, leal e dedicada, de fala mansa mas resoluta, ela é associada da ISA há cerca de 35 anos. Amante de muitas línguas, incluindo Inglês, Francês, Espanhol, Russo e seu Polonês nativo, ela ocupa o posto de destaque na ISA, dirigindo operações de Madri. Auxiliada por seus dedicados assistentes, Nacho e Juan, ela lida com tudo, desde finan-ças até filiações, da dedicação de alguns minutos para aconselhar comitês de pesquisa e associações nacionais, até a programação e organização de nossas reuniões cada dia mais numerosas e complexas. Vice-Presidentes e Presidentes dependem de seu conhecimento e sabedoria. Tudo é feito com modéstia, tato, e um afiado senso de ironia.

Ela se tornou Secretária Executiva da ISA em 1987, e sob sua administração a Associação expandiu seu número de filiados de 1.200 para mais de 5.000 membros atualmente,

abarcando algo como 55 Associações Nacionais e 55 Comitês de Pesquisa. Começou sua trajetória na ISA como uma jovem estudante em Varsóvia, e então se mudou com a ISA do Canadá para a Holanda, e por fim para a Espanha. Nesse período, ela redigiu seu Ph.D e o publicou como um livro em espanhol sob o título *Sociedade Civil na Polônia e Solidariedade*. Estando na oposição polonesa, diz ela, foi bem treinada para se manter em silêncio nas muitas situações embaraçosas que inevitavelmente brotaram em sua exigente posição.

Michael Burawoy a entrevistou em Madri em 27 de setembro de 2011. A primeira parte da entrevista, que descreve seu exílio da Polônia e seus anos iniciais na ISA, está publicada aqui. A segunda parte aparecerá na próxima edição da *Diálogo Global*, tratando da consolidação da ISA em seus escritórios de Madri depois que Izabela se tornou Secretária Executiva.



Izabela Barlinska, ao lado de Juan Lejarraga, no escritório da ISA na Universidade Complutense de Madrid.

MB: Izabela, como você se envolveu com a ISA e assumiu esse trabalho maravilhoso, porém exigente?

IB: Bom, foi somente mais um desses acidentes da vida. Começou em 1977, com minha tia Magdalena Sokolowska, que era membro do Comitê Executivo da ISA. Era primavera, lembro-me porque estava ocupada com minhas provas na Universidade de Varsóvia. Ela me ligou, pedindo que eu viesse nos próximos dois ou três dias, porque ela estava organizando uma conferência internacional e precisava de ajuda. Precisava de uma “menininha” para ajudá-la, entende? Encontrar pessoas no aeroporto, levá-las ao hotel, verificar o que aconteceu com a bagagem perdida, esse tipo de coisa.

MB: Por que ela te chamou, em particular?

IB: Porque eu sabia russo e inglês e estava por perto. Só que eu tinha provas no dia seguinte, então foi bastante complicado. Mas meu pai disse que eu deveria fazer isso – e quem é você para dizer não? Enquanto você possui vinte anos de idade, acho que ainda deveria ouvir seus pais. E então, no dia seguinte, vi-me sentada no aeroporto. Imagine você, era a Polônia – a Polônia comunista, com suas dificuldades, onde ninguém falava línguas estrangeiras. De todo modo, aqui estava eu, esperando no aeroporto, fazendo aquilo que era esperado de mim, enquanto estudava para minhas provas. Mas, aparentemente, algum tipo de simpatia mútua brotou entre Kurt Jonassohn e Céline Saint-Pierre, que eram, na época, Secretários Executivos da ISA, e o Secretariado situava-se, então, em Montreal. Eles me disseram: “veja, no próximo verão organizaremos um Congresso Mundial de Sociologia em Uppsala, Suécia, e esperamos muitas pessoas da Europa Oriental, especialmente russos. E uma vez que nós já a conhecemos e você fala inglês e russo, talvez esteja interessada em trabalhar conosco”.

MB: Esse deve ter sido um convite muito tentador!

IB: De fato! Imagine, você recebe uma proposta para trabalhar por um mês na Suécia? Não pensei duas vezes. Sim, eu ficaria feliz em ir. E fui. Ulf Himmelstrand, que seria eleito Presidente da ISA naquele Congresso (1978), buscou-me na balsa. Cheguei da Polônia do modo mais barato que você pode imaginar, que era cruzando o Mar Báltico em uma balsa Passei, então, um mês em Uppsala, reunindo o programa. Em seguida, durante a semana do congresso, colocaram-me em uma mesa que foi chamada de “Reclamações Gerais”.

Bem, eu não poderia ter tido um começo melhor na ISA! Nada sabia sobre ela, mas aqui estava eu – tentando resolver o problema de uma avó que perdeu sua neta que provavelmente foi passear em Estocolmo... Well, you can easily imagine what might happen in “general complaints.” Bom, você pode facilmente imaginar o que pode acontecer nas “reclamações gerais”. Mas aparentemente

eu fui suficientemente bem sucedida em minha nova tarefa, já que alguns anos depois recebi uma carta de Kurt Jonassohn e Céline Saint-Pierre que diziam possuir algumas pequenas concessões estudantis para ajudá-los a preparar o Congresso Mundial de Sociologia no México em 1982, e se eu gostaria de partir para Montreal no final de 1981. Claro, disse eu – fantástico! Meio ano no Canadá com uma bolsa de estudos - quem recusaria isso. De fato, solicitei o passaporte e, como você bem sabe, em um país comunista tirar um passaporte não era algo fácil. Mas consegui meu passaporte, e estava pronta para partir.

MB: Mas essa foi a época do movimento Solidariedade – a Polônia estava em tumulto –, certo?

IB: Sim, o movimento Solidariedade representou uma grande parte de minha vida. Desde os anos de escola, estive em contato ou envolvida com a oposição política, graças, na verdade, a uma professora de história muito boa que tive na instituição. Ela costumava nos convidar para sua casa para discutir a realidade e as histórias polonesa e europeia, de modo muito diferente da versão oficial que nos ensinavam na escola. E por meio dela e dos colegas daquele seminário, iniciei contato com pessoas que estavam na oposição política que era construída na Polônia. E uma vez que ingressei, nunca a abandonei.

E então, em 1980, as greves começaram, e meu papel era conversar com jornalistas estrangeiros que vinham à Polônia, e quando a Lei Marcial foi implantada no país – o famoso 13 de dezembro de 1981 – fiquei em apuros. A polícia entrou em minha casa, procurando documentos. Levaram minha máquina de escrever, e grampearam meu telefone, provavelmente devido a minha conexão muito visível com jornalistas e estações de TV estrangeiras. Minha viagem para o Canadá em dezembro de 1981, como todo o resto, foi deixada em suspense. Contudo, algum tempo depois o governo polonês fingiu que a vida voltou ao normal e que as pessoas tinham liberdade. Fazendo política, começaram a abrir as fronteiras.

Todos tiveram que devolver seus passaportes quando a Lei Marcial foi imposta e então, inesperadamente, houve uma ligação telefônica em março de 1982: “seu passaporte está aqui, por que você não o retira”? Agora eu já tinha o visto canadense, eu tinha tudo, mas eu não queria ir. Tive uma longa conversa com os líderes dos círculos de oposição. E eles disseram: você tem que ir, porque será mais útil no exterior do que aqui na Polônia. Então eu fui, mas não muito feliz, porque pensava que meu lugar era na Polônia. E quando eu cheguei ao Canadá, todos pensaram que eu pediria asilo político imediatamente. Mas essa era a última coisa que eu queria. Essa era minha luta, esse era meu passaporte – e aqui estou eu. Então foi assim que eu comecei a trabalhar no Secretariado da ISA em Montreal, onde todos foram maravilhosamente gentis e hospitaleiros. Ali eu desenvolvi uma boa amizade

>>

com Jacques Dofny e Alain Touraine, que eram, então, Vice-Presidentes da ISA. Na verdade, eu já conhecia Alain Touraine dos tempos de greves do movimento Solidariedade, na Polônia. Esse foi o início de minha vida com a ISA.

MB: Antes de partir para o Canadá, você teve outra interação com a ISA, quando Ulf Himmelstrand visitou a Polônia.

IB: Ele foi enviado pela ISA para verificar o que estava ocorrendo na Polônia. Foi um inverno muito frio de 1982. Tanques estavam por toda a parte em Varsóvia, os militares controlavam tudo. Fui me encontrar com Ulf no aeroporto, passeamos pelas ruas, nos encontramos com vários sociólogos. Pensamos então que o relato de Ulf estava demasiadamente “correto”, algo que o governo ficaria muito feliz em ler. Somente depois compreendi que ele tinha que ser muito diplomático e cuidadoso, de modo a não colocar suas fontes de informação em perigo, os sociólogos poloneses.

MB: Nesses dias, como o Comitê Executivo da ISA lidou com a Guerra Fria?

IB: Era arriscado ponderar os dois lados. E penso que eles sabiam que, a menos que tivessem alguém no Comitê Executivo da União Soviética, teriam problemas. Nesse sentido, creio que as eleições e a composição do Comitê Executivo foram em boa parte políticas.

MB: Assim, você foi a Montreal com o objetivo de se preparar para o Congresso Mundial do México de 1982 e, depois do México, você se integrou permanentemente à ISA?

IB: Sim. No México, Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente da ISA e já estava decidido que o Secretariado se deslocaria para Amsterdã. Fui para lá trabalhar para o novo Secretário Executivo, o sociólogo Félix Geyer. Permanecemos em Amsterdã por quatro anos. Aqueles foram os tempos em que a ISA seria hospedada e patrocinada por universidades específicas. Estabelecemos, então, escritórios na Universidade de Amsterdã.

MB: Naquela época você tinha outras preocupações, além da ISA?

IB: Bem, eu tive que ponderar sobre essa nova situação e, de fato, comecei a encontrar todas aquelas famosas pessoas da oposição que tinham deixado a Polônia, primeiramente na América do Norte e depois, em Amsterdã - que estava, afinal de contas, mais próxima da Polônia -, e comecei a escrever minhas pequenas histórias. Foi uma espécie de existência dupla, nem sempre fácil, mas interessante. Era a revolução de minha geração, e na

verdade tive muita sorte por ter uma chance de participar dela. E é sério. Apesar de todas as consequências envolvidas. E veja o que aconteceu – 30 anos se passaram e aqui estamos nós – “países livres”. Nós abolimos o sistema.

MB: Sim. O movimento Solidariedade foi o começo do fim. Mas como você considerava aquele sistema? Você nunca buscou asilo? Por que não?

IB: Nunca me ocorreu de solicitar asilo, uma vez que isso poderia causar repercussões para minha família. Mas também pensei muito a respeito de como transmitir minhas visões sobre a Polônia para pessoas que não conhecem o comunismo de verdade. Queria insistir sobre a importância da resistência – que aquilo que fiz e estava fazendo estava correto – mas o sistema não estava inteiramente falido... Ok, algo estava obviamente errado sobre a forma como o regime funcionava. Mas eu tive uma educação muito decente na escolar. Nunca passei fome. É claro que vim de uma família de classe média de Varsóvia – meus pais tinham emprego e possuíamos um padrão de vida decente. Descobri que, em muitos aspectos, fui mais bem educada e melhor preparada que meus colegas dos “países livres”. Aprendizagem, educação e conhecimento eram muito prestigiados na Polônia. Estávamos fechados, mas sabíamos disso, e então estávamos ávidos para aprender não somente aquilo que nos estava sendo ensinado, como também a “outra história”. Como lhe disse, tive sorte de ter uma professora de história magnífica. Ela mudou minha vida. Então, estávamos sempre ouvindo o que estava ocorrendo no mundo. Você estaria lendo livros que alguém trouxe ilegalmente do oeste. Você perderia a noite inteira lendo um livro, porque no dia seguinte você teria que entregá-lo a outra pessoa. Essa era uma prática comum.

MB: Essas são as histórias que você contaria para as pessoas para tentar levá-las a compreender o que significava estar na Polônia. O que você pensa sobre o movimento Solidariedade em si mesmo?

IB: Fui simpática. Posteriormente me tornei mais crítica. Mas era um poder que não poderia ser detido. Depois que a Lei Marcial foi imposta, o Solidariedade foi debandado oficialmente e caiu na clandestinidade, mas ainda existia. Aqueles foram anos muito especiais para o país, quando as pessoas se organizaram de novas maneiras. Fila na frente da loja para comprar leite fazia parte da sociedade civil. As pessoas estavam se organizando para sobreviver, ou para lutar contra algo, ou para contornar o sistema que estava tornando suas vidas impossíveis. Existia uma sensação muito especial de unidade.

MB: E a Igreja, também, teve um papel importante.

IB: A igreja agiu como um guarda-chuva para todos os

tipos de oposição. Também ajudou quando a Lei Marcial foi imposta e muitos de nossos colegas foram postos na prisão por longos períodos, e mães e seus filhos foram abandonados. Lojas ficaram esvaziadas. Telefones não funcionavam. Os bondes não funcionavam. Estávamos todos paralisados. Havia muitos desafios nessa época.

MB: Você tratou desses assuntos em sua dissertação, que você publicou como um livro em espanhol – *Sociedade Civil na Polônia e Solidariedade*. Estou correto?

IB: Sim, de fato escrevi sobre o movimento Solidariedade e a sociedade civil para minha dissertação de Ph.D, mas, é claro, de um modo menos pessoal. Meu Ph.D não foi tanto sobre o Solidariedade como um movimento social porque muitas pessoas escreveram sobre isso, mas como a vida foi organizada – como as pessoas de um país funcionavam em uma base cotidiana. Havia capítulos sobre a oposição, e sobre como as pessoas organizaram a segunda economia, trocando açúcar por feijões e coisas do gênero. Meu supervisor aqui, na Universidade de Complutense, em Madri, Victor Pérez-Díaz, insistiu que eu redigisse um capítulo sobre a história dos protestos na Polônia, de modo que leitores não poloneses entendessem o contexto.

MB: E quanto à oposição polonesa durante o comunismo?

IB: A oposição polonesa inicial nunca questionou o comunismo; eles tentavam modificar o regime, modificar o sistema – buscando aperfeiçoá-lo –, queriam o “socialismo com uma face humana”, como o chamavam.

MB: Isso no início, nos anos 1950. Mas você acredita que o movimento Solidariedade representava a mesma coisa?

IB: Em certo sentido, sim; se você observar as demandas do Solidariedade em seu começo, elas incluíam sindicatos livres, mas essa foi a mais política das demandas. Todas as demais diziam respeito a tornar o comunismo tolerável, como preços estáveis, melhores condições de trabalho, entre outras. Ninguém estava questionando o sistema de verdade. Queríamos apenas incrementar as condições de vida dentro dele.

MB: Mas antes de ir à Madri, enquanto ainda estava em

Amsterdã, entre 1982 e 1986, você era um contato da oposição com muitas pessoas atravessando a fronteira, entregando-lhe publicações clandestinas, mantendo-a atualizada sobre o que acontecia?

IB: Isso mesmo. Eu sempre tinha uma cada extra para esses visitantes. Minha família estava bem conectada com jornalistas e, eles frequentemente ficavam comigo. De fato, foi assim que conheci Ryszard Kapuscinski.

MB: Você quer dizer o famoso Ryszard Kapuscinski? Conseguiu conhecê-lo? Ele deve ter sido um homem incrível, considerando o que escreveu – seus livros sobre o Irã, Etiópia e Rússia são todos brilhantes!

IB: Na verdade, a forma como nos conhecemos foi muito engraçada. Ocorreu quando ele veio para Amsterdã para promover um de seus livros. Estava trazendo algo para mim, entregue por minha família. Eu estava vivendo no sótão em uma dessas típicas casas de Amsterdã que são muito estreitas, com um monte de escadarias. Kapuscinski teve que andar por todas essas escadas, carregando uma série de livros para mim – a maior parte, composta por publicações clandestinas. Ele chegou a minha casa e disse: “Ah, eu preciso deitar!” Ele possuía um problema de coluna, e com todas aquelas escadas e todos aqueles livros, ele ficou com muita dor. Então ali estava ele, o famoso Kapuscinski, com quem eu nunca tinha me encontrado antes, deitado no chão em meu apartamento pelas próximas cinco horas. Ele não podia se mover! E foi assim que nos tornamos amigos.

MB: Então ele, de fato, nunca deixou a Polônia por qualquer período de tempo, exceto em suas missões jornalísticas?

IB: : Sim, ele sempre estava lá. E é claro que conversamos e conversamos. Naquela época, eu não sabia realmente o que fazer da vida. E então ele me disse: “Veja, noventa e oito por cento das pessoas no mundo são felizes por terem uma vida quieta e organizada. Mas existem dois por cento que fazem as perguntas que você está fazendo para si mesma”. Ele não disse nada mais. E então complementou: “Aqueles que fazem esse tipo de questão possuem a obrigação de continuar a fazê-las”. ■

CONTINUA

> Educar crianças na rua mais longa do mundo

Por Tamara Kay, Universidade de Harvard, EUA



Crianças sul-africanas brincam com Kami, uma garota de cinco anos de idade soropositiva vestida de muppet, órfã devido à AIDS. ©2007 Sesame Workshop. All Rights Reserved. Fotografado por Ryan Heffernan. Para ver vídeos da Vila Sésamo em vários países, vá em: <http://www.sesameworkshop.org/>

Numa favela na Índia, crianças se aglomeram em torno de uma antiga carroça de verduras, em que foram instalados uma televisão e um aparelho de DVD, paralisadas por personagens que cantam a respeito da letra “ma” em hindi. Na Tanzânia, crianças ouvem um programa de rádio que as ensina a cuidar de uma rede de proteção contra mosquitos para camas, para ajudar a prevenir a malária. E na África do Sul, onde uma em cada dez crianças perdeu um dos pais devido ao HIV/AIDS, um programa de televisão ajuda a desestigmatizar a doença e a lidar com a perda. Todas essas crianças têm ao menos duas coisas em comum: elas estarão muito atrás de crianças mais privilegiadas se e quando frequentarem a escola, e elas estão sendo expostas a uma versão local de *Vila Sésamo*, criada para ajudar a mitigar as desvantagens que enfrentam.

A onipresença e sucesso de *Vila*

Sésamo, particularmente dada a extraordinária politização da cultura numa era de globalização, apresentam dois enigmas inter-relacionados: como um produto cultural icônico dos Estados Unidos se move por meio de canais transnacionais ao longo do tempo, e como ele ganha aceitação local e legitimidade como algo genuinamente e autenticamente local?

A organização educacional sem fins lucrativos Oficina Sésamo (SW na sigla em inglês, antigamente chamada Oficina de Televisão para Crianças) oferece uma oportunidade única para responder essas questões, porque cria adaptações locais ou co-produções de *Vila Sésamo* em todo o mundo, com o objetivo de preparar crianças em idade pré-escolar para a escola. Além disso, a SW desenvolve projetos sociais com parceiros locais – governos, organizações da sociedade civil, e ONGs – que priorizam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

da ONU, de alfabetização e saúde (incluindo prevenção da malária na Tanzânia, vacinação na Índia, saúde cardiovascular e nutrição na América Latina, desestigmatização de HIV/AIDS na África do Sul) a igualdade social (promovendo tolerância étnica e religiosa em zonas de conflito como Israel/Palestina, Kosovo, África do Sul e Irlanda do Norte), entre muitos outros. Esses projetos sociais tomam a forma de consultórios odontológicos móveis, escolas-modelo, divulgação de serviços públicos e distribuição de materiais gratuitos (livros, jogos educativos, DVDs, guias para pais etc.) que reforçam os objetivos curriculares dos parceiros locais, particularmente em áreas nas quais as crianças não têm acesso à

>>

televisão.

Entrevistas e etnografias intensivas na América Latina, África e Oriente Médio revelam que os projetos *Sésamo* ganham aceitação local, apesar das questões potencialmente controversas que levantam (igualdade de gênero, respeito mútuo frente a “outros” do ponto de vista racial e étnico etc.), em grande medida devido à maneira como a SW estrutura sua relação e negocia a entrada com parceiros locais. O modelo de coprodução da SW é único entre organizações engajadas em trabalho transnacional porque se baseia na criação de uma equipe local de especialistas que escolhe temas e currículos escolares para sua coprodução e projetos sociais. Embora estejam sujeitos a certas restrições e supervisão, os parceiros têm enorme liberdade para moldar seus projetos. O caso da SW revela, assim, as negociações frequentemente escondidas que facilitam o processo de hibridização e, no final das contas, de difusão.

Em Kosovo, as negociações sobre os termos de adoção forçaram a SW a reconsiderar um valor central: usar o alfabeto para ensinar leitura. Albaneses e sérvios não concordavam em utilizar um alfabeto comum (latino ou cirílico). Além da questão da linguagem, os parceiros não queriam filmar cenas com crianças de cada grupo brincando juntas, porque os pais não permitiriam que seus filhos assistissem a um programa com integração étnica. Embora o problema pudesse ter acabado com o projeto, a SW e seus parceiros locais negociaram uma solução inovadora: desenvolveram um “dicionário visual”, em que crianças mostravam objetos, como óculos de sol, e diziam as palavras correspondentes em diferentes línguas.

Os termos de adoção também foram importantes para os palestinos, que inicialmente recusaram participar em uma coprodução com israelenses, em 1994, que focava no respeito mútuo e entendimento. Eles temiam que uma versão de alta qualidade de *Vila Sésamo* destruiria a identidade de sua nova e frágil emissora de

televisão palestina, e que colaborar com israelenses e americanos os deixaria vulneráveis a ataques de conservadores. Membros centrais da equipe, contudo, encararam como uma oportunidade para construir uma infraestrutura local de mídia e treinar jovens palestinos. Eles solicitaram que um valor significativo dos fundos fosse transferido da produção para o treinamento. A decisão dos palestinos de adotar o programa, portanto, dependeu de sua habilidade de negociar o que consideravam um produto e um processo mais valiosos.

Negociar o conteúdo de uma coprodução, para que fosse entendido pela população local e atendesse a necessidades locais, era criticamente importante para os parceiros da SW de Bangladesh e da África do Sul. Os primeiros expressaram receio de usar Muppets em seu programa, dada a forte tradição de teatro de fantoches na cultura de Bangladesh. Embora a SW não exija que seus parceiros usem Muppets (ou seja, fantoches criados pela companhia de Jim Henson), a equipe de Bangladesh decidiu, no final, criar seus próprios Muppets (incluindo personagens de tigre de bengala e chacal) e incluir fantoches de hastes de madeira, tradicionais de Bangladesh, em *Sisimpur*. Juntos, a SW e a equipe local negociaram um plano único para incorporar estes fantoches tradicionais por meio da transição para o “Mundo de Ikri” – onde fantoches de madeira tradicionais de Bangladesh moram, e onde suas histórias são contadas por meio da música – pela imaginação de um Muppet chamado Ikri. Os sul-africanos condicionaram sua participação em uma segunda temporada de *Takalani Sesame* a que o programa e os projetos sociais lidassem com a crise de HIV/AIDS de seu país. Apesar de receios iniciais, a SW trabalhou com eles para desenvolver um currículo sobre HIV/AIDS e criar um Muppet soropositivo chamado Kami.

As evidências sugerem que o modelo da SW tem um efeito positivo nos resultados dos projetos. O sucesso das coproduções e projetos sociais é incrível. Estudos controlados mostram que crianças

em Bangladesh expostas a *Sisimpur* tiveram resultados de leitura 67% mais altos que aqueles que não assistiam. No Egito, crianças de quatro anos que assistiam a *Alam Simsim* tiveram o mesmo desempenho em exames de leitura e matemática que crianças de cinco anos que assistiam ao programa raramente ou nunca. As evidências também sugerem que a adaptação local aumenta a legitimidade da SW e, em consequência, seu alcance. A SW encomenda pesquisas independentes não apenas para avaliar o impacto educacional de cada coprodução, mas também para avaliar se as coproduções são percebidas como locais – o que geralmente ocorre. Após 18 meses de sua estreia em 2000, o programa *Alam Simsim*, do Egito, atingiu 98% de audiência e conhecimento do programa, e agora é tão icônico quanto a versão dos EUA. Na Índia, 5.200 creches mantidas pelo governo integram o programa *Galli Galli Sim Sim* em todos os aspectos de seu currículo. *Vila Sésamo* é provavelmente o instrumento para educação de crianças mais difundido do mundo.

Uma teoria da difusão como negociação oferece um quadro convincente para entender os fatores que constroem e estimulam a resistência dos atores à globalização cultural. Além disso, sugere que numa era em que organizações transnacionais e seus produtos culturais podem ser tão rapidamente despachados ao redor do mundo, projetos de desenvolvimento bem sucedidos e híbridos culturais localmente aceitáveis podem depender da construção de laços transacionais mais equitativos entre organizações transnacionais. Embora os processos de difusão possam refletir a imposição e a dominância de valores, práticas e produtos ocidentais, o caso da SW revela as fontes de margem de manobra, influência e autonomia dos atores ao iluminar como a cultura é negociada na rua mais longa do mundo. ■

> Tomando partido: ciência na Rio+20

A conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável

Por Herbert Docena, Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA¹



Uma das esculturas que desfilaram no centro do Rio de Janeiro, como parte do protesto Cúpula dos Povos contra a Rio+20 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no último dia 20 de junho de 2012.
Foto por Herbert Docena.

estava imediatamente claro que tipo de conferência era, ou o que se propunha alcançar. Mas o que veio a ser pode ser um indicativo de como a comunidade científica está se posicionando frente a outros atores lutando contra a crise ambiental.

> Que tipo de conferência acadêmica foi essa?

Embora tenha havido diversas exposições apresentando os conhecimentos mais avançados em vários campos científicos, esta aparentemente não foi organizada como uma conferência acadêmica. Não havia especialistas suficientes de cada campo para analisar e debater os resultados apresentados. A maioria dos participantes era formada por autoridades ou membros do principal órgão organizador, o Conselho Internacional para a Ciência (*International Council for Science – ICSU*), além de burocratas da ciência de outros organizadores “parceiros” como agências de ciência internacionais, entre as quais a UNESCO, ONGs científicas como o Conselho Internacional para as Ciências Sociais (*International Social Science Council, ISSC*, do qual eu era um delegado), alguns outros profissionais de várias disciplinas científicas, assim como autoridades governamentais e representativas de negócios – incluindo um vice-presidente da Dow Chemical e o presidente da Blackberry.

Se o objetivo era fomentar laços mais

As conferências da ONU cresceram cada vez mais ao longo dos anos, atraindo milhares de autoridades governamentais, ativistas, altos executivos e até celebridades. Na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em junho – considerada a maior conferência da ONU da história –, outro grupo de participantes

também competia para destacar sua presença: cientistas.

Enquanto altos executivos tiveram suas reuniões do “Dia de Negócios” num hotel, e ativistas realizaram sua “Cúpula dos Povos” num parque, cientistas também organizaram seu próprio espaço paralelo à cúpula oficial: um “Fórum sobre Ciência, Tecnologia e Inovação”, numa universidade católica próxima de Ipanema. Ao contrário das outras “reuniões paralelas” para empresários ou para ativistas, contudo, não

fortes através das disciplinas, pouco tempo foi dedicado de fato à interação significativa entre participantes. Ao longo de cinco dias seguidos, o público teve de assistir painel após painel, cada um com cerca de sete a oito palestrantes, todos falando do alto de um palco elevado por duas horas, reservando-se apenas os últimos 10 a 15 minutos para uma apressada sessão de “perguntas e respostas”.

Houve diversas aberturas para debate, como quando uma geógrafa expressou seu alívio por não ser uma economista ambiental, encarregada de fazer assunções “heroicas” para medir o custo de uma vida ou o valor de uma floresta, tocando assim em uma das controvérsias mais duradouras nas ciências sociais, mas também indicando o ressentimento sentido por geógrafos frente a seus colegas mais poderosos na economia. Ou quando um engenheiro casualmente disse que o papel dos cientistas sociais é determinar a “adequação cultural” das soluções já decididas por eles (os engenheiros), tocando assim em um dos pontos mais sensíveis da disputa sobre a divisão do trabalho entre “cientistas da natureza” e “cientistas sociais”. Ou quando, com efeito, seguidos palestrantes repetidamente se referiram a físicos, químicos ou engenheiros como “cientistas da natureza” – como se o que os cientistas sociais estudam não fosse de alguma forma parte da natureza ou fosse não natural. A noção de que a sociedade é “a mais poderosa coleção de forças físicas e morais que podemos observar na natureza”, como Durkheim sugeriu há tempos, parece ter fracassado em ganhar adesão além da sociologia.

Estes momentos de tensão entre e através das disciplinas – revelando diferenças absolutas em visões de mundo e questões de poder em grande medida invisíveis – apontaram para o amplo leque de questões que poderiam ser esclarecidas por meio do tipo de diálogos mais profundos e refletidos que as raras (e custosas) conferências transdisciplinares como essa oferecem.

> Buscando parceiros nos

negócios e governos

Como as palestras e intervenções dos principais organizadores e muitos dos apresentadores rapidamente deixaram claro, o objetivo desta conferência pode não ter sido ajudar os cientistas a ultrapassar um estado de incompreensão mútua. De fato, ela pode não ter tido sequer os profissionais da ciência como seu público principal.

Ao longo da semana, ao contrário, muitos (embora não todos) dos palestrantes se dirigiram principalmente a dois grupos de atores, poucos dos quais estavam na plateia: autoridades de governos (ou organizações inter-nacionais) e de negócios. Um palestrante após o outro começava censurando o suposto abismo entre os cientistas e “aqueles com interesses em jogo” – um abismo identificado na suposta falta de interesse destes nas iniciativas de pesquisa daqueles e em sua falta de apoio a elas. Eles então invariavelmente clamavam pela construção de pontes através deste abismo por meio de “parcerias” mais próximas entre cientistas e “tomadores de decisão”.

Para lhes oferecer maior “posse” sobre seus resultados de pesquisa, palestrantes convidaram financiadores, executivos e formuladores de políticas públicas para “co-formular” e “co-produzir” suas pesquisas com eles; em outras palavras, para ajudá-los a identificar suas perguntas de pesquisa e para encontrar aplicações concretas para seus achados. “Outros setores da sociedade civil” foram mencionados também, mas poucos deles foram de fato convidados para a conferência. Em troca de mais “apoio”, cientistas ofereceram aos formuladores de políticas públicas e executivos de empresas o conhecimento de que precisavam para entender o que chamavam de “MAG” – “Mudanças Ambientais Globais” – e para “gerenciar” as “transformações sociais” necessárias para atingir o “desenvolvimento sustentável”. Em oferta, estavam todos os novos conceitos e todas as novas medidas para mensurar vários aspectos deste novo objeto que os próprios cientistas agora

estão ajudando a construir: a assim chamada “economia verde”.

Temos que admitir que havia algumas vozes críticas: o ISSC e seus delegados, por exemplo, com frequência desafiaram as predileções tecnocráticas dos “cientistas naturais” presentes ao insistir nas raízes históricas ou sistêmicas da crise ambiental de hoje. Ao menos um palestrante clamou por uma aliança mais forte com os movimentos sociais, como os ativistas e os povos indígenas que lutam contra petrolíferas para “manter o petróleo no buraco” no Equador.

Na maior parte do tempo, contudo, a conferência permaneceu em larga medida um diálogo entre ciência, Estado e empresas, fundamentado na velha assunção tecnocrática e na visão gerencialista: de que o problema reside no fato de que os “tomadores de decisão” simplesmente não têm o conhecimento necessário para que tomem as decisões corretas; porém, se receberem dos cientistas o conhecimento certo, tudo ficará bem. A ignorância – ao invés das estruturas de poder ou pressões sistêmicas – está por trás da degradação ambiental. A mudança virá por meio da boa “administração” de cima, não por meio da resistência de baixo.

Uma iniciativa que parece encarnar esta assunção e que se beneficiou mais da conferência foi o projeto “Terra Futura” do ICSU, uma iniciativa ambiciosa de pesquisa de dez anos que pretende mobilizar milhares de cientistas “para transmitir o conhecimento necessário para capacitar as sociedades a alcançar seus objetivos de desenvolvimento sustentável”. Já apoiada por alguns dos mais ricos financiadores de pesquisa do mundo, a iniciativa foi anunciada por um palestrante como “uma das parcerias mais excepcionais já vistas”. Em resposta à apresentação, o presidente da Blackberry falou em tom de aprovação da necessidade de “pesquisas voltadas para a ação”, e depois preveniu os cientistas contra os perigos da “ideologia”.

Assim, apesar de algumas intervenções críticas, o conteúdo e a estrutura

>>



Manifestantes com a Cúpula dos Povos tomam conta da Praça Floriano no centro histórico do Rio de Janeiro, distante cerca de 40 quilômetros do local do evento. Foto por Herbert Docena.

ra do programa – especialmente as repetidas convocações por “parcerias” com negócios e governos – tornaram difícil não deixar a conferência considerando-a uma conversa brilhante de vendedores e bem orquestrada por burocratas da ciência e cientistas, que querem uma fatia das crescentes somas de dinheiro que governantes e empresas começaram a destinar a projetos de engenharia geológica e social para a “adaptação” às crises ambientais e a “gestão” dessas crises.

> Questões não formuladas...

Esta busca por parceiros lucrativos não significa necessariamente que os burocratas que organizaram a conferência são gananciosos mercenários da pesquisa. Pode ser que consciente ou inconscientemente, eles de fato compartilhem com seus “parceiros” potenciais as mesmas respostas às seguintes perguntas fundamentais, que esta conferência poderia ter debatido mais, mas não o fez:

Devemos mesmo pensar na natureza como fornecedora de “serviços do ecossistema” – e devemos mesmo colocar um preço nesses “serviços”?

Em outra parte do Rio, na cúpula oficial, os negociadores dos países em desenvolvimento, apoiados por muitos ativistas, resistiram até mesmo ao uso do termo “serviços do ecossistema” na declaração final, sob a forte pressão dos Estados Unidos e outros países desenvolvidos, porque temiam que isto pudesse aprofundar ainda mais a “financeirização” da natureza. Mas, nesta conferência,

cientistas usavam constantemente o termo sem muita hesitação. Quando questionado sobre isso, a resposta de um geógrafo (um dos principais proponentes de “Terra Futura”) foi basicamente: “leia a última edição da revista *Nature*, a questão já foi solucionada pela ciência”.

É realmente possível reconciliar o crescimento infinito com a proteção ambiental, como os proponentes do “desenvolvimento sustentável” e da “economia verde” de hoje proclamam?

Em outra parte do Rio, na Cúpula dos Povos, o crescimento infinito é considerado antitético em relação à sustentabilidade. Da mesma forma, a “economia verde” é amplamente ridicularizada como “capitalismo verde”, como um esforço para evitar as mudanças estruturais necessárias para realmente conservar a natureza. Mas aqui, nesta conferência, os cientistas estavam anunciando suas qualificações precisamente para ajudar os governos e empresas a tentar tornar possível o que pode ser impossível.

Quem – para lembrar a origem das fraturas mais duradouras nas negociações ambientais internacionais – é realmente responsável pela nossa crise ambiental e como devemos nos relacionar com eles?

Em outra parte do Rio, muitos apontavam para as corporações trans-nacionais e os governos dos países ricos – a quem um cientista social aqui se referiu como as “elites do poder” – como os culpados. Na Cúpula dos Povos, eles eram

repetidamente chamados de “criminosos” e “assassinos”. Mas aqui na conferência da ciência, eles eram “parceiros” a serem galanteados e cortejados como “co-formuladores” e “co-produtores” de nossas pesquisas. “Não devemos ver as ‘elites do poder’ como o inimigo”, argumentou um antropólogo. “Isso não é construtivo... Não acho que temos tempo para a mudança política. Temos que nos juntar a eles. Não há alternativa.”

> O poder da neutralidade

Buscando estabelecer “parcerias” com governos e empresas, os cientistas repetidamente invocaram um valioso argumento de vendas – algo que se supõe que todos os demais no Rio não têm: sua suposta “neutralidade”, seu distanciamento, sua falta de interesse. Eles brandiam, talvez inconscientemente, esta suposta imparcialidade quando clamavam por “um novo contrato entre a ciência e a sociedade” (como se estivessemos separados da sociedade ou acima dela). Ou quando defendiam mais laços com “aqueles com interesses em jogo” ou com os “tomadores de decisão” (como se não tivéssemos interesses e como se não nos envolvêssemos no processo de tomada de decisão pela própria maneira como enquadramos e apresentamos problemas e pelas próprias respostas que aceitamos acriticamente). Ou quando insistiam que suas descobertas deveriam somente ser “relevantes para as políticas públicas” e nunca “prescritivas de políticas públicas” (como se ao restringir as políticas relevantes somente àquelas que pressupõem que não há outra alternativa a não ser a “economia verde” não estivessemos prescrevendo algo).

Todavia, apesar toda esta repetida profissão de neutralidade, parece que os cientistas aqui já tomaram partido. ■

¹ Herbert Docena recebeu uma bolsa de estudos do Conselho Internacional para as Ciências Sociais (International Social Science Council – ISSC) para participar da Conferência da ONU Rio+20, pela qual ele é muito grato.

> Resultados Contestados: Feminismo e Neoliberalismo

Por Sylvia Walby, Universidade de Lancaster, Reino Unido, ex-presidente do Comitê de Pesquisa sobre Economia e Sociedade (RC02) da ISA.



Famílias e crianças invadem o banco RBS/NatWest em Camden como parte do protesto "Big Society Bail-Ins" para protestar contra os cortes e a forma como elas afetarão as mulheres em particular. Londres, 26 de fevereiro de 2011.

comum para a União Européia, de modo que os países individuais não podem ajustar suas unidades monetárias. Essa "solução", porém, serve meramente para sugerir desvalorizações competitivas, um tipo de protecionismo desacreditado desde os anos 1930 (já adotado pelo Reino Unido, que permanece de fora e hostil ao euro).

Uma Terceira interpretação prega que a crise financeira é o produto inevitável do capitalismo, uma vez que o regime cambial de acumulação em vigência estaria esgotado; deixando um futuro de barbárie ou socialismo (Harvey) ou, talvez, uma transição para a próxima hegemonia (Arrighi). Mas essa interpretação é um tanto extensa, e tende a subestimar as especificidades de contextos políticos e da sociedade civil.

A quarta interpretação – aquela aqui desenvolvida – trata o neoliberalismo não como um próximo estágio inevitável do capitalismo, mas como um projeto, entrelaçado com o capital financeiro e com o qual uma ampla variedade e forças políticas se engajam. Dentro dessa perspectiva, existe um debate considerável sobre a natureza e os panoramas dessas forças. Conforme os governos caem, os velhos partidos políticos lutam

As implicações mais abrangentes da crise financeira são discutíveis. Seria a crise (2007-2012) a oportunidade para uma reestruturação radical da economia e da sociedade, seja em uma direção esquerdista (social democrata ou socialista) ou direitista (neoliberal ou fascista)? O presente artigo argumenta que a questão do gênero está no coração do processo e das estruturas envolvidas, e que o projeto neoliberal e os programas governamentais são determinados pelo gênero.

> As fontes de Neoliberalismo

Embora o desenvolvimento do capital financeiro seja um processo global, ainda existem diferenças significativas entre formações sociais nacionais. Estas nos permitem interrogar os diferentes resultados da crise que se desdobrou, dependendo de diversas forças políticas nas sociedades civis, Estados e outras entidades políticas.

A face atual da crise em um

contexto europeu (e variavelmente aplicável em outras regiões) é caracterizada por uma gigantesca pressão por cortes nas despesas governamentais. Déficits orçamentários governamentais e dívidas acumuladas são apresentados como insustentáveis. Existem diferentes interpretações sobre essas pressões.

Uma é de que a fonte desses déficits e dívidas deriva de um excesso de despesas com o Estado de Bem Estar e, portanto, o remédio seria o corte de gastos. Contudo, trata-se de uma explicação débil a respeito das origens dos déficits, uma vez que esses derivam predominantemente do decréscimo repentino da receita de impostos, como uma consequência da recessão que foi causada pela crise financeira, combinada com os fundos para socorrer os bancos e despesas necessárias para prestar suporte aos desempregados pela recessão.

Uma segunda interpretação é a de que o problema reside na criação do euro como uma moeda

para debater as novas circunstâncias. Novos projetos, desde o *Occupy* ao “Sem Cortes”, desenvolvem-se fora do Estado; novos partidos políticos e coalizões são formados para contestar o Estado. De particular significância, nessa interpretação, é a determinação dos locais de contestação e das forças políticas e suas agendas emergentes pela questão do gênero.

> Austeridade é uma questão feminista

Em décadas recentes, em muitos países europeus (e em outros) houve um aumento nos aspectos do Estado de Bem Estar Social relativos a questões de gênero, no que tange à provisão de educação, saúde, proteção e na regulação do emprego e sua interface com as profissões de cuidado com a saúde. Esses, frequentemente, foram o resultado de projetos feministas e trabalhistas combinados, de modos complexos, em programas social-democratas e socialistas. A sedimentação desses projetos com conotação de gênero em programas governamentais e formações sociais ocorreu de modo simultâneo à emergência do projeto neoliberal de privatização e desregulação. As dinâmicas de gênero e de classe divergiram frequentemente, conforme mulheres empregadas tornaram-se lentamente mais envolvidas na sociedade civil e em instituições políticas, enquanto algumas instituições socialdemocratas, como sindicatos, foram rechaçadas. Durante a crise financeira, o projeto neoliberal emergiu como um ataque penetrante a esses desenvolvimentos socialdemocratas progressivamente alcançados, condicionados pela questão do gênero.

A taxação é uma questão feminista. A técnica de orçamentação por gênero, aplicada às mudanças dos orçamentos nacionais, mostrou que as tentativas de limitar o *déficit* não foram arcadas igualmente por todos os setores da população,

mas desproporcionalmente pelas mulheres. No Reino Unido, a Biblioteca da Câmara dos Comuns reportou que, no orçamento de 2010, de um total de 8,1 bilhões de libras de cortes líquidos de impostos e benefícios, 5,8 bilhões (72%) tiveram de ser arcados pelas mulheres e 2,2 bilhões (28%) por homens. Enquanto os impostos (que são desproporcionalmente pagos pelos homens) aumentaram timidamente, os benefícios e serviços públicos (que são desproporcionalmente usados pelas mulheres) foram severamente cortados. O fechamento de paraísos fiscais ou a introdução de um imposto sobre transações financeiras (promovidos como políticas para a União Europeia por líderes da França e da Alemanha, mas que sofreram resistência de Londres) são políticas de gênero.

Um exemplo adicional do Reino Unido concerne cortes nos orçamentos nacionais para prover serviços de bem estar locais, como refúgios/abrigo e profissionais de apoio e conselheiros, para prevenir violência contra as mulheres. O desenvolvimento desse setor foi uma resposta social democrata à violência com caráter de gênero, para o qual foi conferida prioridade ao desenvolvimento de provisões de bem estar que ajudaram vítimas femininas, ao invés de respostas mais punitivas para os perpetradores, como a prisão. Em um pequeno projeto de pesquisa, dados sobre os intrincamentos dos cortes de gastos foram revelados com o auxílio de ONGs e sindicatos que investiram em procedimentos em prol da “liberdade de informação”. Reduções de 1% ao ano em orçamentos nacionais tornaram-se ampliadas quando foram traduzidas em cortes de 31% em conselhos locais para serviços de prevenção à violência contra as mulheres, em parte porque esses serviços eram menos protegidos pelo estatuto do que os serviços mais convencionais.

> Respostas divergentes

A reestruturação da economia e da sociedade, no Reino Unido e em outros países, gerou muitas respostas que variam significativamente entre as nações e que produziram efeitos divergentes. Um modo de pensar sobre essas diferenças foi contrastar mobilizações geradas na sociedade civil com aquelas orientadas para o Estado. Mobilizações da sociedade civil incluem o *Occupy*, que marcou presença em muitos países europeus assim como em cidades norteamericanas, mas existem muitos outros. No Reino Unido, por exemplo, existe uma mobilização contra a sonegação de impostos e evasão fiscal de corporações, coordenado pela “Sem Cortes”. Novos partidos políticos foram formados em vários países europeus, incluindo a França (Partido de Esquerda), Alemanha (*Die Linke*) e Islândia, assim como novas coalizões, na medida em que governos tombaram. Essas mobilizações de esquerda incluíram, tipicamente, um forte componente feminista. Ao menos em um contexto europeu, talvez seja um engano polarizar esses desenvolvimentos de forma muito radical entre “fora” e “dentro” do Estado, uma vez que essas formas de desenvolvimento político engajam-se mutuamente. Onde ocorreu o mais expressivo desenvolvimento de novas articulações de forças feministas e de esquerda, na Islândia, por exemplo, existe uma menor concentração de efeitos negativos da crise financeira sobre os poucos e um movimento por uma democratização mais profunda.

A crise financeira não acabou. As tentativas de reestruturação estão produzindo resultados diversos, não menos por conta de variadas mobilizações políticas. Isso diz respeito não apenas ao capitalismo, mas também à forma do regime de gênero. O resultado ainda está em debate. ■

> Feminismo ucraniano em ação

Por Tamara Martsenyuk, Universidade Nacional da Academia de Kyiv-Mohyla, Ucrânia



O dia internacional da mulher (8 de março) traz às mulheres ucranianas não só flores e mais atenção, mas também lembra seus direitos, pelos quais elas vem lutando por mais de um século. Ano passado uma jovem iniciativa feminista, “Ofensiva Feminista,” estabeleceu novas formas de celebrar o 8 de março, organizando um *workshop* feminista de arte, uma

conferência feminista internacional e uma marcha feminista.

A “Ofensiva Feminista” (<http://ofenzyva.wordpress.com>) é uma iniciativa pública independente que luta para superar formas patriarcais de poder em suas diversas manifestações (sexismo, homofobia, transfobia, discriminação por idade, racismo e chauvinismo) e defende os direitos econômicos e reprodutivos

Ativistas da Ofenzyva (“Feminist Offensive”) participam de demonstrações do 1 de maio (2012) em Kiev. Os cartazes dizem: “Dia de trabalho da mulher: 36 horas: 8 – trabalho assalariado, 4 - cozinha, 24 – crianças”; “Não à violência, não à perseguição sexual”; “Libertem Nadya Tolokno” (ativista presa com o Pussy Riot, um coletivo russo feminista de punk-rock). Foto por Ofenzyva.

>>

femininos. Ela quer transformar práticas sociais e legislativas discriminatórias, criar espaços para estudos críticos de gênero e ativismo político independente, e desenvolver e compartilhar saberes feministas emancipatórios e linguagem não sexista.

A Conferência Internacional de três dias "Feminismo - ponto de encontro" (de 5 a 7 de março de 2012), significando um lugar de reunião e solidariedade, organizado pela "Ofensiva Feminista", reuniu acadêmicos e ativistas da Ucrânia, Rússia, Polônia, Sérvia, Finlândia, França e Estados Unidos. Em "Performance Política Feminista" os participantes do painel compartilharam suas iniciativas de base contra a violação dos direitos das mulheres. O grupo de ação feminista "La Barbe" (barba em português) - usando barbas e adentrando salas de reunião, convenções ou exposições de arte - ressaltam a ausência de mulheres em órgãos de decisões dominados por homens. A "ACT Women" (Sérvia) realiza performances de rua para chamar a atenção para diferentes formas de violência baseadas em gênero (violência doméstica, feminicídio, estupro, exaustão, etc). A banda russa punk feminista "Pussy Riot" não pôde participar da conferência porque seus membros foram presos por uma performance no altar da Catedral de Cristo Salvador em Moscou. Os organizadores da conferência tinham também planejado convidar o famoso grupo de mulheres ucranianas "FEMEN" (que protestam de topless) para discutir sua experiência neste campo. Infelizmente, a "FEMEN" decidiu que ir para o estrangeiro (Turquia) com sua performance de nu era mais

importante que lutar pelos direitos das mulheres na Ucrânia.

Durante a conferência discutimos os ataques religiosos e de extrema-direita aos direitos das mulheres na Ucrânia, Polônia e Rússia. Dessa forma, a antropóloga polonesa Agata Chelstowska examinou o debate sobre o aborto e a forma como ele foi manipulado por partidos políticos para negociar a relação entre Polônia e o mundo ocidental (especialmente a União Européia), independentemente dos efeitos bem reais que o clima político tem sobre os direitos reprodutivos e de saúde das mulheres. Lesya Pagulich e Galina Yarmanova analisaram os discursos de grupos religiosos fundamentalistas, que nos últimos cinco anos se tornaram notavelmente ativos em suas campanhas contra o aborto, fertilização *in-vitro*, e homossexualidade na Ucrânia.

O tema da colaboração da igreja e estado em atacar os direitos das mulheres foi escolhido para a demonstração feminista de 8 de março de 2012. 200 participantes marcharam sob os slogans "Igreja e Estado, é hora de separar!", "Imposto sobre a ausência de filhos - um imposto sobre a pobreza" (recentemente um projeto de lei foi proposto no Parlamento Ucraniano com a idéia de tributar pessoas acima dos 30 anos e sem filhos). Os slogans do ano anterior foram: "Menos Cozinha- Mais Livros!", "Infra-estrutura para os Pais!", "Família- Um Lugar para ser Amado", etc. Feministas ucranianas também demandaram a liberação dos ativistas do "Pussy Riot" mencionados anteriormente que estão sob custódia por seu protesto anti-clerical.

A marcha feminista previu ataques aos direitos reprodutivos das mulheres, como o que ocorreu em 12 de março de 2012 em Verkhovna Rada (Parlamento da Ucrânia), quando o deputado Andriy Shkil propôs um projeto de lei para alterar a legislação que proibiria o término artificial de gravidez (aborto). Sob a lei atual uma mulher pode abortar se a gravidez não exceder 12 semanas. Com as eleições parlamentares do outono de 2012 às vistas, políticos tentaram explorar estes temas quentes como as tendências demográficas e de moralidade sexual.

Como resultado das tentativas de atores políticos e religiosos em atacar os direitos reprodutivos das mulheres, ONGs de mulheres escreveram uma carta coletiva ao presidente da Ucrânia, ao chefe do Parlamento ucraniano e outros políticos, pedindo a eles para considerarem as consequências da criminalização do aborto. Em 27 de março de 2012 ativistas dos direitos das mulheres organizaram uma coletiva de imprensa: "Femicídios na Ucrânia: quais são os perigos da criminalização do aborto?". Elas insistiram que políticos votassem contra o projeto de lei discriminatório que viola os direitos reprodutivos das mulheres e coloca sua saúde em risco.

Concluindo, durante os últimos dois anos o feminismo, como ativismo e discussão intelectual, finalmente apareceu no espaço público da Ucrânia. E já não era sem tempo, já que as iniciativas populares apresentam um contrapeso ao crescente ataque aos direitos das mulheres. ■

> Níveis crescentes de insegurança na América Latina

Por Gabriel Kessler, Universidade Nacional de La Plata, Argentina



Uma manifestante segura um cartaz com as cores da bandeira Argentina, dizendo: "Chega de insegurança", durante um protesto contra o crime em Buenos Aires em 2009.

A preocupação com o crime se espalhou pela América Latina. Isto não é surpreendente dado que esta região, que contém apenas 14% da população mundial, responde por cerca de 40% de todos os homicídios com arma de fogo. O medo do crime é bem alto mesmo em países com níveis relativamente baixos de criminalidade, como a Argentina, Costa Rica, Chile e Uruguai. Usando uma abordagem de métodos múltiplos, estudei a "sensação de insegurança" na Argentina e fiz comparações com outros países na região.¹ A expansão do medo do crime produz conseqüências específicas no imaginário social das pessoas e nas práticas. O consenso generalizado de que isto é um problema público, qualitativamente diferente do passado, suscita uma série de questões sobre as

causas, os riscos pessoais, e as soluções necessárias. As respostas compõem as peças de um relato sociológico da insegurança. Esta proximidade da realidade nos diz que emoções são lógicas de sentir, e também se projeta na esfera de ação e precauções obrigatórias, o que chamamos de gestão da insegurança. A disseminação do mal-estar também contradiz achados de pesquisa de períodos anteriores, quando as preocupações eram mais limitadas. De um lado, isto modifica a relação clássica entre medo e autoritarismo. Por outro lado, os paradoxos da insegurança – que é o enigma do por que os grupos que são aparentemente menos vitimizados são os que tem mais medo – mudam também.

>>

Desde os primeiros estudos nos Estados Unidos na década de 1960, o medo do crime tem se mostrado relativamente autônomo do crime real. Ele tende a crescer junto com a vitimização, mas uma vez instalado como problema social, ele não mais diminui mesmo que os índices de criminalidade caiam. A definição usual de medo do crime é uma resposta emocional ao medo ou ansiedade em face do crime, ou símbolos que as pessoas associam ao crime. Nós preferimos a noção de uma “sensação de insegurança”, com a premissa de que embora as referências ao medo ainda desempenhem um papel central, este conceito inclui outras emoções relevantes, como raiva, indignação, ou impotência e inclui preocupações políticas, histórias sobre as suas causas e as ações que compõem a gestão da insegurança.

Mas o que é a insegurança de acordo com os entrevistados argentinos? Insegurança e quebra da lei não estão necessariamente em correspondência direta. A particular característica da insegurança é a aleatoriedade do perigo. A insegurança aparece como uma ameaça – à propriedade e especialmente aos seres humanos- que pode acometer qualquer um. Uma de suas facetas é a re-alocação do perigo: o fim da divisão entre zonas claramente definidas como seguras ou inseguras. Outra é a relativa despersonalização das figuras do medo: a percepção da ameaça não é mais limitada às imagens mais estigmatizadas, como jovens de grupos marginalizados, mas, em vez disso, uma extensão da desconfiança em relação a qualquer um. Esta multiplicidade de imagens e lugares perigosos reforça o sentimento de uma ameaça fortuita e onipresente.

Os estudos sobre o tema têm se focado em responder uma série de questões e paradoxos: por que a insegurança é aparentemente maior entre os grupos que são menos vitimizados, como mulheres e idosos? Qual é a relação entre medo e classe social? Eu considerei estes paradoxos no caso argentino usando triangulação entre métodos qualitativos e quantitativos. Quanto à classe, as diferenças quantitativas não são muito marcadas, mas nos dados qualitativos, distância e proximidade provaram importantes eixos de diferenciação. As classes populares percebem uma proximidade física e social à ameaça, enquanto as classes médias e altas experimentam uma distância social e física do crime. A proximidade influencia o tipo de leitura política que é construída, em geral, “de baixo para cima”. Em bairros populares, existem vários debates locais baseados em casos concretos, e a discussão gira em torno da própria comunidade. Em áreas de classes médias e altas, a distância estimula uma visão “de cima para baixo”, uma explicação baseada em processos sociais ou políticos, sem pontos de referência individuais. No entanto, a proximidade em si não implica maior empatia e nem a distância posições mais punitivas. Proximidade pode levar a condenação moral, porque,

apesar das condições sociais difíceis comuns a todos, “meus filhos não roubam” ou, por outro lado, membros da família podem ser perdoados alegando que “de coração, eles não são más crianças”. A distância é tipicamente relacionada a um apelo às causas estruturais, mas também à posição reacionária extrema que considera isto “uma forma contemporânea de guerrilha”. Deste modo, maior ou menos punitividade não é particular a uma dada classe social- um dos temas de debate na região.

O paradoxo central gira em torno do gênero. Dados têm constantemente mostrado maior medo entre mulheres, e debates relacionados também destacaram esta diferença. No entanto, quando a insegurança se expande, as diferenças de gênero em torno das “regras das sensações e expressões” tornam-se menores. Para os homens, torna-se mais legítimo sentir e expressar medo. Mais geralmente, na triangulação entre *surveys* e entrevistas qualitativas, os mesmos indivíduos que nos *surveys* disseram que não tinham medo chegaram a conclusão, durante as entrevistas, que eles tinham um medo “lógico”, dada a definição da situação.

Quando o medo era um atributo de uma minoria, ele podia ser observado em relação direta com atitudes autoritárias. O debate atual na região é se o aumento do sentimento de insegurança está gerando maior punitividade. Em geral, a insegurança é processada diferentemente de acordo com a ideologia política pré-existente, embora a insegurança também possa erodir convicções democráticas. Nas histórias sobre insegurança, nós podemos ver o que chamamos de “vitória esmagadora da punição”- uma mudança de posições mais benignas em direção ao apoio à medidas mais severas- mesmo se não a mais extrema. Mais do que tudo, existe uma erosão da então chamada explicação para a crise social. Na última década, houve um consenso de que o crime era uma consequência negativa das reformas neoliberais. Hoje, depois de muitos anos de crescimento e diminuição da pobreza e desigualdade, o crime pouco diminuiu. Portanto, para a academia da América Latina isto coloca a questão do desafio de construir explicações mais refinadas para os discursos crescentemente punitivos. Como em outros contextos, estes discursos punitivos apontam para explicações que se deslocam da estrutura social para a culpa sobre os indivíduos.

Estas são apenas algumas das questões que a expansão da sensação de insegurança coloca. As respostas que os acadêmicos são capazes de alcançar, e a forma como nós podemos transmitir estas respostas para o resto da sociedade, vai depender grandemente da qualidade de nossas democracias. ■

¹ Kessler, G. (2009) El sentimiento de inseguridad – Sociología del temor al delito [O sentimento de insegurança: Sociologia do medo do crime]. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

> A classe média negra na Colômbia: um oxímoro social?

Por Mara Viveros Vigoya, Universidade Nacional da Colômbia, Bogotá, Colômbia

Numerosos estudos têm mostrado que a população colombiana de origem africana possui o mais baixo nível de renda, a pior qualidade de vida, a taxa mais alta de trabalho infantil, a taxa mais baixa de seguro social e a mais alta vulnerabilidade demográfica de todos os grupos na Colômbia (Urrea et al., 2004). Além disso, o pequeno número de homens negros e um número ainda menor de mulheres negras em cargos de chefia na sociedade civil, o Estado, as empresas privadas, assim como a falta de imagens positivas do homem e da mulher negra na mídia e as representações simbólicas deles em lugares públicos meramente afirmam a persistência do racismo na Colômbia. Nesse contexto, faz sentido empreender estudos sobre a população negra que não foi exposta e essas experiências?

Uma possível resposta é que isso pode ser relevante em um contexto como o da Colômbia para ajudar a tornar visível as trajetórias de avanço social de Afro-colombianos, dado que esses processos são pouco estudados e geralmente excluídos das considerações da história nacional. Assim, eles ofe-

recem possíveis representações alternativas que contrastem com as representações estereotipadas dessa população.

Através de nossa pesquisa agora conhecemos alguns fatos que não tínhamos conhecimento sobre essa população, incluindo gênero, raça e intersecção de classe para construir sujeitos. Aqui, eu apresento alguns resultados de um estudo mais amplo (Viveros e Gil, 2010).

> Quem consegue ascender?

No curso do século XX, através da acumulação de capital econômico em áreas rurais e de mineração e, em grande medida graças ao aumento do acesso à educação superior, uma “classe média negra” foi constituída em várias regiões do país. Essa classe conseguiu adquirir espaço social, político e econômico apesar da persistência de preconceito racial e discriminação. Esses processos de mobilidade social ascendente da população negra na Colômbia aconteceram sob formas específicas aos contextos regionais, econômicos, social e político em que eles emergiram. A análise que eu apresento aqui se refere à população que habita a cidade de Bogotá e cuja maioria vem da Região do Pacífico, a

área que possui a maior proporção da população de Afro-descendentes no país.

Na base da análise de sua trajetória social no curso de três gerações – a sua própria, a de seus pais e de seus avós – nós identificamos dois grupos principais definidos pelo tipo de mobilidade social: aqueles que reproduzem a situação social do seus pais e avós, e aqueles que têm melhorias sociais em relação a seus antepassados. No segundo grupo, nós também podemos distinguir diferentes taxas de mobilidade – alguns ascendem mais gradualmente e outros mais rapidamente. Os resultados de nossa análise sugerem que as trajetórias das mulheres tendem a ser mais reprodutivas do que a dos homens – em outras palavras, as mulheres demonstram menos mobilidade social ascendente do que os homens. As mulheres que ascendem socialmente são geralmente filhas de profissionais ou de pessoas com ao menos um nível moderado de educação. Em contraste, é mais comum para os homens ser filho ou neto de pessoas com pouca ou nenhuma educação. Se levamos em consideração que a maioria dos avós tanto de homens quanto de mulheres nunca frequentaram a

escola, nós podemos concluir que o principal ponto de transição nas trajetórias educacionais vem entre as gerações dos avós e dos pais.

> O lugar do gênero no avanço social de Afro-colombianos

A mobilidade social implica – além de aumento da renda – a adoção de um “habitus de classe” que, embora isso pareça fazer referência apenas às diferenças de capital cultural e social, também é racializado e marcado pela diferença de gênero. As classes médias são definidas não somente em oposição às classes populares (mais baixas), mas também em relação a muitos elementos constitutivos de identidades de gênero hegemônicas. Nesse sentido, para as mulheres e homens negros, a mobilidade ascendente implica acatar as normas de gênero dominantes e assumir valores e comportamento que tornam a mulher e o homem “respeitáveis” na sociedade colombiana, quais sejam, aqueles geralmente atribuídos aos homens e mulheres brancos ou mestiços. Essas experiências de cultivo próprio afetam continuamente aqueles a elas sujeitos, tornando homens e mulheres negros em sujeitos disciplinados, sensatos e rigorosos em suas performances, tanto em casa quanto no trabalho.

No caso das mulheres entrevistadas, isso tem significado serem boas mães e esposas exemplares, sendo calmas e discretas em seu tom de voz, gestos, comportamento social e ajustar a sua apresentação pessoal de acordo com a imagem de feminilidade valorizada nas classes sociais mais altas. Para preservar a sua respeitabilidade, essas mulheres têm se “des-sexualizado” desde cedo

ou desde o casamento, reagindo a potenciais assuntos lascivos ou “moralmente duvidosos”.

Para os homens, tal adoção às normas dominantes tem envolvido ser trabalhadores responsáveis e bons provedores, moderar expressões sobre o gosto pelo comportamento desregrado, renunciar a qualquer comportamento que coloque a sua virilidade em questão, comportar-se de forma cavalheiresca em espaços públicos de forma a dissociá-los da vulgaridade e da devassidão que está imputada a homens negros de classes populares.

> Ascensão individual, mas não coletiva

Na Colômbia a mobilidade ascendente da população negra tem sido um processo individual, em contraste, por exemplo, à mobilidade de grupo experimentada pela população negra nos Estados Unidos (Frazier, 1975). Na Colômbia, os membros dessa pequena classe média não foram capazes de contar com o suporte do grupo para ajudar a perpetuar o seu sucesso e estender os seus benefícios ao grupo através de famílias nucleares e de parentes. Os padrões de mobilidade social analisados aqui confirmam essa situação: pessoas negras que tiveram algum sucesso desenharam histórias familiares dispersas e pessoas que permitiram a elas criar caminhos às arenas de classe média. Porém, elas não realizaram avanços significativos para o grupo étnico e racial como um todo, nem foram capazes de mudar as representações negativas do grupo. Ao mesmo tempo, a existência de um grupo de negros de classe média, por menor que seja, mostra que a “raça” não é

“conhecemos como gênero, raça e classe se interseccionam”

sempre constituída da mesma forma e que é impossível separar raça das interseções de classe, gênero e sexualidade que a reproduz e a mantém.

O assunto da mobilidade social possui particular importância ao pensarmos sobre soluções para a marginalização social e a discriminação racial sofrida pela população Afro-colombiana. Os padrões de mobilidade social ascendente das populações negras na Colômbia são exceções à regra, pois nenhuma condição social favorece essa ascensão. Uma análise do processo de mobilidade ascendente dos negros nos chama a atenção para a existência e a persistência do preconceito racial, para a complexidade dessa experiência e os limites de qualquer abordagem que assume que as classes médias negras, *per se*, têm um papel de vanguarda em resposta ao problema da marginalização social dos negros na Colômbia. ■

Referências

Frazier, F. (1975) *Black Bourgeoisie: The Rise of a New Middle Class in the United States*. London: Collier Macmillan Publishers.

Urrea, F., Ramirez, H. F., and Viáfara, C. (2004) “Socio-Demographic Profiles of the Afro-Colombian Population in Regional Urban Contexts of the Country in the Early Twentieth Century.” In M. Pardo et al. (Eds.), *Pan-Afro Social Studies in the Pacific*. Bogotá: ICANH, National University of Colombia: 213-269.

Viveros, M. and Gil Hernández, F. (2010) “Gender and Generation in Black People’s Experiences of Social Advancement in Bogotá.” *Maguaré* 24: 99-130.

> Sobre o estado real da Sociologia na Rússia: confrontando a polêmica de Vakhshayn

Por N.V. Romanovsky e Zh.T. Toshchenko, editores da revista russa *Estudos Sociológicos*



Ilustres sociólogos russo Vladimir Yadov (esquerda) e Nikita Pokrovsky (direita) na reunião da Sociedade de Sociólogos Profissionais em Moscou, 6 de junho de 2008.

O artigo de Victor Vakhshayn na *Diálogo Global 2.3* nos instigou a escrever este comentário sobre o estado da sociologia na Rússia. A avaliação de Vakhshayn sobre a sociologia contemporânea russa é certamente moldada pela própria limitação do autor a questões metodológicas. Vakhshayn acusa seus oponentes em termos gerais principalmente porque ele não é engajado em pesquisa empírica, praticamente não tem contato com sociólogos de regiões do país e, por essa razão, não entende seus problemas. Sem negar o direito de Vakhshayn de ter seu próprio ponto de vista, nós discordamos absolutamente de sua avaliação da sociologia russa e gostaríamos de transmitir nosso próprio entendimento dessas questões.

Como editores da revista acadêmica *Estudos Sociológicos* (em russo *Sotsiologicheskkiye Issledovaniya* ou SOCIS, e de acordo com Vakhshayn lida por 66% dos participantes do Congresso de Sociologia de toda a Rússia de 2008) nós estamos imersos em fluxos de pesquisa conduzidos por sociólogos de Moscou, São Petesburgo e a maioria de outras cidades do país. Nestes lugares milhares de colegas estão fazendo pesquisa, alcançando resultados – verdade, não sem dificuldades e insucessos.

> O que realmente se passa na sociologia russa?

Em primeiro lugar, pode-se encontrar diversas e inovadoras abordagens para a exploração das transformações sociais mais significativas do país. A comunidade acadêmica está familiarizada com os trabalhos de V.A. Yadov, que construiu estudos empíricos para desenvolver um tratamento original da mudança de consciência e comportamento em trabalhadores de produção; com o trabalho do professor N. E. Pokrovsky, membro do Comitê Executivo da ISA, que estuda os processos da vida rural na parte norte da Rússia européia; com o Doutor em Ciências Sociais, V.K. Levashov, que examinou novas tendências no desenvolvimento da sociedade russa, com base em vinte anos de monitoramento baseado no enquadramento conceitual de desenvolvimento sustentável. Finalmente, apontamos o estudo de um dos autores do presente comentário – Toshchenko – intitulado *Paradoxical Man* que tem sido muito elogiado por P. Sztompka, Z. Bauman, e T.I. Zaslavskaya.

Em segundo, a gama de temas de pesquisa e suas geografias se ampliaram. Deixe-nos mostrar alguns exemplos. A questão da criatividade na sociedade russa, não estudada anteriormente, é tema de um livro de U.G. Volkov, sociólogo de Rostov. A possibilidade de uma neuro-sociologia tem sido defendida por A.V. Shkurko, um estudioso de Nizhny Novgorod que reflete sobre novos horizontes na articulação das ciências naturais e sociais. Com base em abordagens tanto morfológicas (renda, educação, poderes) quanto simbólico-discursivas (prestígio, significação, status), o professor de Irkutsk, O.A. Karmadonov estudou estratificação social, revelando assim um número de processos específicos na sociedade contemporânea russa.

Em terceiro, práticas de pesquisa atingem novas profundidades: a aplicação de conceitos bem conhecidos (como *res publica*) para a resolução de problemas nas cidades russas, como o uso racional de infraestrutura social, tem sido realizada por um time de jovens pesquisadores liderados por O. Kharkhordin (Universidade Européia, São Petesburgo).

>>

Em quarto lugar, as novas realidades da Rússia pós-soviética trouxeram alguns campos completamente novos de pesquisa, como os problemas sociais criados pelo mercado, analisados pelo professor V.V. Radaev (Escola Superior de Economia) cujas publicações são bem conhecidas não somente em nosso país, mas também no exterior.

E finalmente, praticamente toda universidade na Rússia realiza projetos de pesquisa conjuntos com colegas da Europa ocidental, Estados Unidos, Índia, China, Japão e outros países asiáticos. Aqui não são necessários exemplos já que este tipo de contato é uma prática diária que enriquece participantes através de seus esforços de pesquisa conjunta.

De modo geral, a importância e o interesse da sociologia russa é confirmada pela atuação regular de dois periódicos de língua inglesa *Pesquisa Sociológica* e *Sociedade e Educação* publicados por M.E. Sharpe e composta de *papers* retirados de revistas russas de sociologia. De fato, existem cerca de 30 revistas de sociologia na Rússia –apoiados por acadêmicos e instituições autônomas ou universidades-, veículos para pesquisadores compartilharem os resultados de suas investigações. A maioria delas oferece suas páginas para o debate e crítica.

> Quais são os problemas da sociologia na Rússia?

Seria estranho se não houvesse problemas, mas não raro estes problemas de sociologia provêm de seus sucessos. Existem mais de 300 departamentos universitários de sociologia, e sociólogos são formados em cerca de 110 universidades, comprovadamente algo a se orgulhar. No entanto, o crescimento intenso nos últimos 20 anos de instituições de formação de futuros especialistas também levou a várias deficiências. A qualidade da formação em um número de universidades deixa muito a desejar, ou, ao menos, pode ser melhorada, porque o time de professores foi recrutado de outras ciências – normalmente eles são neófitos somente dominando o ofício da sociologia.

Podemos dizer que os dados sociológicos são parte e parcela da sociedade da informação, e na realidade, não há na Rússia jornais, revistas ou mídia eletrônica que não use dados sociológicos. Essa conquista, no entanto, deu lugar a manipulações em nome de empresas ou outros grupos poderosos, consurando informações no interesse dos donos da mídia. Aparecem pessoas que se autodenominam sociólogos que são especialmente ativos durante campanhas eleitorais em diferentes níveis –de federal à local. Estes pseudo-sociólogos são empregados para campanhas eleitorais diretas de deputados que lhes pagam em bases contratuais.

Em contraste com tais orientações de “mercado” existem recuos (e aqui Vakhstayn está certo) para uma “sociologia da sociologia”. De fato, a sociologia deve examinar seus fundamentos, o significado da ciência, sua metodologia e suas técnicas, mas se isto se tornar um fim em si mesmo então isto certamente levará ao isolamento da sociologia da sociedade e, em última instância, convertê-la em uma ciência supérflua, não necessária pela sociedade. Porém, se nosso oponente quer dizer que é com isto que os sociólogos russos estão principalmente preocupados, então isto simplesmente não é verdade: medidas bibliométricas certificam que mais de 80% dos trabalhos de sociólogos russos lidam com questões substantivas –econômicas, trabalho, cidades, vida rural, juventude e educação, comportamento desviante, religião, governo, etc.

> O que há de errado em buscar idéias sobre processos na sociedade?

Vakhstayn se ressentido do que ele afirma ser a convergência de linguagens neo- e anti-soviéticas na sociologia: enquanto alguns permanecem em seus velhos hábitos que podem ser arcaicos e primitivos, outros traíram os ideais do liberalismo ao qual aderiram por quase vinte pós-soviéticos anos. Em nossa opinião, não há nada de surpreendente aqui. “Tradicionalistas” concluíram que as realidades do país chamam por novos métodos de estudo do presente, enquanto sociólogos de persuasão liberal encontraram suas expectativas não realizadas – a Rússia tomou outro caminho e emprestou receitas para mudar a vida econômica e social que eles consideram injustificadas. Assim, os grupos, opondo-se uns aos outros cerca de dez anos atrás, agora convergem em suas visões e conclusões. Isto não porque eles quiseram esta convergência, mas porque a análise da realidade social (econômica, social, política) os levou a resultados semelhantes. Embora permaneçam diferenças, a comunidade sociológica, em nossa opinião, gradualmente assumiu a atitude de que o debate, discussão e comparação de idéias baseadas em análises empíricas da realidade é o modo mais frutífero e confiável de proceder, especialmente se se preocupam com a ciência ao invés de grupos de interesse.

Concluindo, vamos oferecer algumas palavras sobre o modo de Vakhstayn de polêmicas a que nós fundamentalmente nos opomos. Vakhstayn trata declarações e opiniões de indivíduos, incluindo a sua própria, como a posição da comunidade sociológica da Rússia. Caracteristicamente, entretanto, seus comentários não identificam nomes, de modo que o autor tende a brigar contra oponentes anônimos. Ironicamente, este é um modo de polêmica, herdado de um período anterior que ele rejeita. ■

> A Sociologia Britânica num período de austeridade

Por John D. Brewer, Universidade de Aberdeen, Escócia, e Presidente da Associação Britânica de Sociologia, 2010-2012

A Sociedade Britânica de Sociologia (BSA) celebrou seu sexagésimo aniversário em 2011. Com pouco mais de 2.500 membros, ela é pequena no contexto mundial, mas para os seus padrões ela vai de vento em popa. Esse é o nosso maior número que já tivemos, e existem outros sinais de uma saúde vigorosa. Publicamos agora quatro jornais, temos o maior número de grupos de estudo em nossa história, nossa equipe de escritório e administrativa é a maior, e as duas conferências anuais foram as maiores realizadas. Este ano tivemos cinquenta eventos. E tudo isso, claro, num país que se tornou mal afamado pela “marketização” da educação superior, o término das verbas públicas das universidades e a introdução de taxas para os estudantes, e que está dando ideia de uma austeridade danosa. Isso não é uma coincidência: austeridade é um grande negócio para a sociologia Britânica.

O tema da conferência de 2012, realizada em Leeds, foi sociologia num período de austeridade. Foi a nossa maior conferência fora de Londres. Chegando como eu estou ao fim do meu mandato de três anos como Presidente, eu dei a minha contribuição para o valor público da sociologia num tempo de austeridade. Em outras plenárias dirigidas, Michael Burawoy e Zygmunt Bauman debateram a contribuição da sociologia no sentido de esclarecer o papel relevante das consequências sociais

e políticas da crise econômica, e Stephen Ackroyd e Rosemary Batt se referiram diretamente à natureza dessa crise, decorrente, como o é, do resultado da financeirização das economias dos EUA e do Reino Unido. Tivemos participantes de outros 24 países e um número enorme de apresentações sobre diversos temas. Aceitamos 622 trabalhos e tivemos uma lista de reserva de 62 aguardando oportunidade.

“Austeridade é um grande negócio para a sociologia britânica”

A austeridade tem efeitos evidentes na sociologia como disciplina universitária na Grã-Bretanha. Há perigos de alguns departamentos terem que fechar ou diminuir em escala, e temores de que a demanda de estudantes deve cair, como a procura pelas universidades diminuem geralmente sob o impacto de taxas, ou podem se mover na direção de escolhas de carreiras com caminhos mais seguros. O ensino de sociologia na Universidade de Strathclyde, por exemplo, está se extinguindo, e muitos departamentos de sociologia estão noticiando quedas na procura de estudantes em variadas proporções, algumas dramáticas. Por outro lado, alguns departamentos estão prosperando e informam aumento na procura de estudantes, alguns também de forma dramática. Alguns departamentos estão anunciando novos postos permanentes. Pode

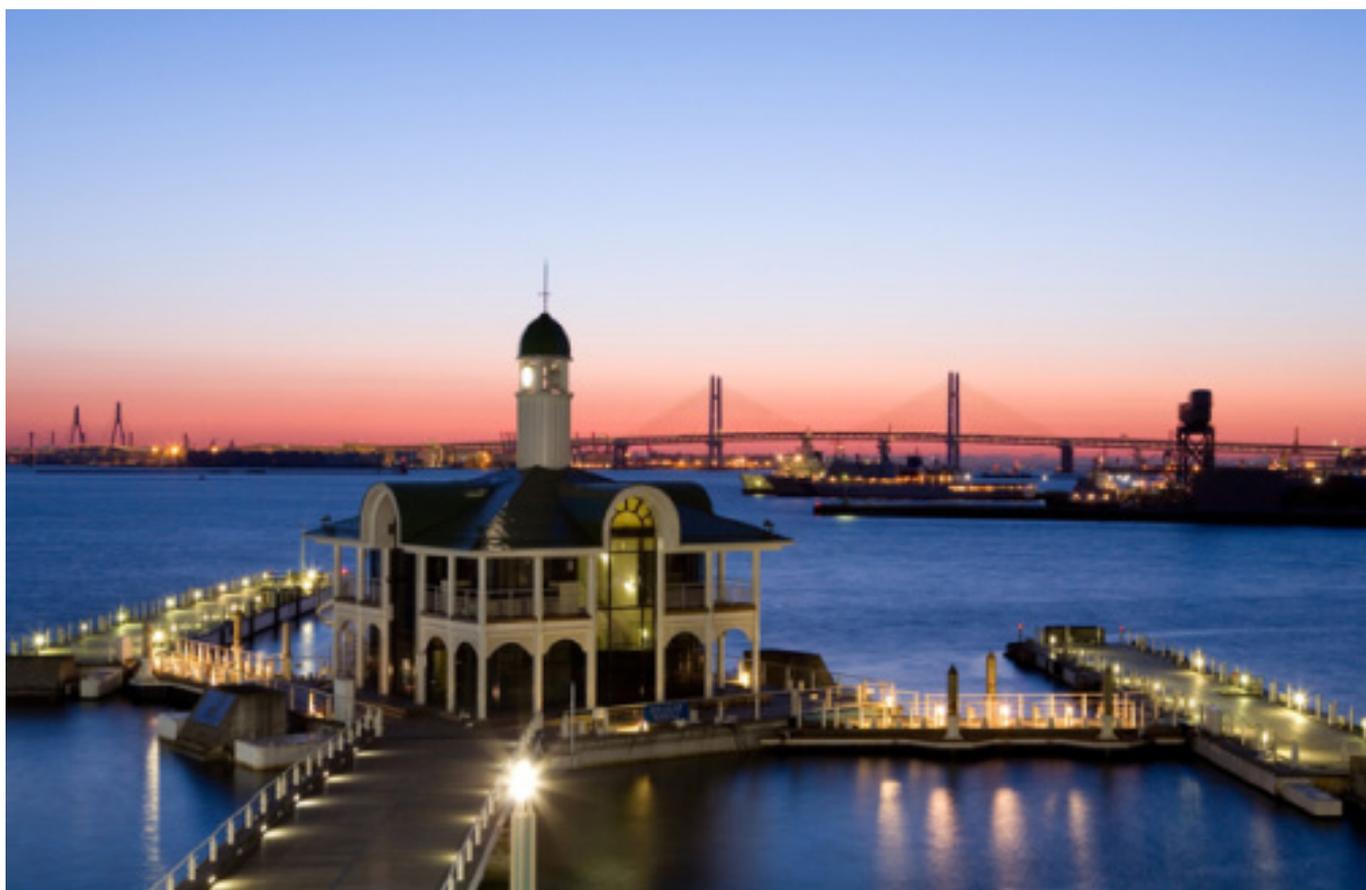
ser muito cedo para dizer qual será o impacto que a austeridade causará na sociologia na Grã-Bretanha, embora a BSA continue observando esses fatos.

O impacto da austeridade na disciplina de sociologia, entretanto, é um assunto bastante diferente e aqui a situação é mais clara. A nossa conferência de 2012 sublinha dois efeitos positivos. A austeridade revigorou a análise de classes na sociologia britânica, e a sociologia do trabalho e da indústria, que se reequilibraram depois da “virada cultural”; e renovou o engajamento das pessoas com a BSA. Perdoem-me se eu aqui foco esse último aspecto. Como a disciplina divide-se tanto em temas como em termos de sua localização administrativa em escolas multidisciplinares, parece que os sociólogos estão usando a BSA como um meio de manter suas identidades como sociólogos profissionais. Com a perda do departamento de sociologia como disciplina autônoma, professores e pesquisadores estão espalhados por unidades administrativas irreconhecíveis, frequentemente em pequenos números, e tratam a BSA quase que como um equivalente funcional à antiga estrutura departamental, com os nossos grupos de estudos substituindo os seminários de departamento, e a própria BSA servindo como o local de suas identidades profissionais. O Presidente eleito, John Holmwood, fez a necessidade da sociologia o tema do seu mandato – e a BSA serve bem como um exemplo. ■

> O Congresso de Yokohama:

uma ponte para um mundo mais igual

Por Koichi Hasegawa, Universidade de Tohoku, Sendai, e Chefe do Comitê Local da Organização do Congresso Mundial de Sociologia da ISA 2014, em Yokohama, Japão.



Ponte da baía de Yokohama e o Pier flutuante como pode ser visto a partir do local do congresso, Pacífico Yokohama

No último mês de maio, sob a forte liderança de Shujiro Yazama, Presidente da Sociedade Japonesa de Sociologia, os sociólogos japoneses criaram uma rede, agora com um número superior a 150 membros, para pesquisa e informação tratando do desastre do tsunami de 11 de março de 2011. Os terremotos desastrosos, o tsunami e o acidente nuclear geraram bastante

trabalho para os sociólogos, incluindo a aplicação de surveys em quase todas as regiões afetadas.

> Desafios para os sociólogos

Quais são o papel e as tarefas da sociologia em face de um desastre tão terrível? Como deveríamos conduzir os surveys nessa situação tão difícil? Como podemos criar um diálogo com os refugiados do

desastre e, enquanto sociólogos, como podemos ajudá-los? Mesmo agora, 360.000 pessoas ainda não podem retornar aos seus lares. A maioria delas ainda forma uma multidão confinada em alojamentos provisórios. Só na área de Fukushima, 150.000 ainda estão deslocados devido às ordens do governo ou pelo seu livre-arbítrio.

Nós estamos enfrentando muitos problemas sociológicos nos níveis micro, médio e macro tais como repensar a relação entre ciência, tecnologia e política, o planejamento urbano para a reconstrução de comunidades, a restauração da agricultura, da criação e da pesca, a criação de emprego etc. As ONGs estão lidando cuidadosamente com pessoas idosas, crianças, inválidos e estrangeiros, com famílias diante da separação geográfica e com refugiados que perderam suas famílias, amigos e emprego. Há problemas de abuso de álcool e violência doméstica, tornando central a perspectiva de gênero para entender a situação. Muitos dramas sociológicos, heroínas e heróis.

> **Mulheres do Movimento de Ocupação Anti-nuclear no Japão**

Muitos entre nós estamos profundamente preocupados com

a situação corrente dos reatores nucleares danificados em Fukushima. A situação é estável. Fora da zona de 30 quilômetros e pontos especiais, o nível de radiação está completamente seguro, por exemplo, em Tóquio, Yokohama e na minha região, Sendai. Eu sempre levo para qualquer lugar que vou um medidor para testar o nível de radiação. Depois do acidente, eu publiquei um novo livro para leitores em geral, *Para além de uma sociedade pós-nuclear*.

As mulheres em Fukushima e outros estão criticando abertamente a companhia de energia elétrica e o governo nacional pelas suas partes no desastre. Pedem proteção para suas crianças e famílias, compensação total para suas perdas e a descontaminação das áreas afetadas. Reuniões, aulas públicas e encontros de estudos estão acontecendo quase todas as semanas. Desde o meio de setembro, seguindo o *Occupy Movement* dos Estados Unidos, as mulheres de Fukushima ocupam pacificamente o espaço do Ministério da Economia e Indústria, ministério responsável pelo acidente nuclear. As mulheres estão se recusando a deixar o lugar enquanto a polícia e o governo não fizerem uso de força contra elas, por medo de um levante público se o fizessem.

> **Unindo um mundo separado**

Depois do desastre do 03/2011, a Cidade de Yokohama reviu a história dos tsunamis antes da abertura do porto e revisou suas estratégias de proteção baseadas nos dados sobre um pequeno tsunami de 300 anos atrás. O Comitê Organizador Local Japonês está colaborando com o Comitê Executivo da ISA e com a Sociedade Japonesa de Sociologia com o fim de produzir o Congresso mais bem organizado. Nosso alvo é atrair mais do que 5.000 delegados, como no Congresso de Gotemburgo de 2010. Estamos clamando para que sociólogos venham a Yokohama participar, reviver e fortalecer a sociedade japonesa.

Do local do Congresso, Pacífico Yokohama, você pode ver a bela ponte *Yokohama Bay Bridge*, uma referência da área. Como o sociólogo alemão Georg Simmel declarou, as pontes são as expressões visuais do nosso desejo de unir. Eu acredito que o nosso trabalho sociológico esteja estabelecendo uma ponte entre o Leste e o Oeste, o Sul e o Norte, o passado e o futuro, as mulheres e os homens, a natureza e a sociedade, em outras palavras, unindo as clivagens sociológicas para um mundo mais igualitário. Yokohama está esperando você cruzar a ponte!



> Universidades italianas à venda

Por Laura Corradi, Universidade da Calábria, Itália

A universidade italiana sobrevive com dificuldade. Essa é uma condição de enfermidade e crescente marginalização que encontra pouca comparação com nossa história contemporânea. Recursos financeiros para o funcionamento institucional de uma das mais antigas academias do mundo foram drasticamente reduzidos bem antes da manifestação da atual crise financeira e, mesmo assim, a universidade italiana teve um financiamento baixo para de início em comparação aos países industrializados. As humanidades e uma grande parte das ciências sociais têm sido desprivilegiadas sistematicamente de forma a promover outras disciplinas que são consideradas

“mais úteis para o crescimento econômico e para o Mercado. Essa tendência nos liga à Europa e aos outros países. Exige-se que os cursos universitários sejam úteis em termos de *valor de mercado* – ou então eles não podem ser oferecidos porque são economicamente insustentáveis”. A citação é de uma carta ao público intitulada *L'Università che vogliamo* (a universidade que queremos), escrita por dois professores italianos, Piero Bevilacqua e Angelo D'Orsi, e assinada eletronicamente por centenas de professores italianos, pesquisadores e “*precari*” i.e., intelectuais não-docentes, em sua maior parte em posições temporárias de pós-doutorado.

Em 2010 os *precari* nas *università* italianas eram 126.188, ocupando



“Eu sou o fantasma do precariado” – uma vívida expressão do precariado como novo perigo de classe assombrando a sociedade.

diferentes posições: 41.349 professores contratados; 24.934 *trainees* mestres; 23.996 tutores; 17.942 assistentes de pesquisa. De uma forma geral em 2010 havia 22.000 menos *precari* do que em 2008¹, indicando uma tendência em direção à desfiliação e desengajamento da universidade italiana, que é vista como *cul-de-sac*, sem futuro outro a não ser a privatização.

A existência de um grau visível de corrupção na universidade – algo tão inegável quanto vexaminoso – tem sido usado como argument para atacar e dismantelar todo o sistema público de educação superior, com uma série de leis e regulações infelizes, sendo a última a vergonhosa Reforma Gelmini,

que leva o nome de seu criador, o Ministro da Educação, Universidades e Pesquisa no governo Berlusconi.

Nascida nas sombras de cortes orçamentários letais e dolorosas interrupções da progressão de carreira, esse tipo de reforma confere poder total a reitores e professores plenos – ao eliminar órgãos democráticos como o Conselho da Faculdade (onde, até este ano, professores docentes e pesquisadores tinham voz nos processos de decisão) e ao diminuir o papel do Senado Acadêmico.

Outro golpe vital ao sistema universitário italiano viria de uma disposição *in itinere*: a abolição do valor legal dos graus estatais, que

>>

desencorajaria estudantes de ingressar no sistema – estudantes que já estão lutando contra o aumento das mensalidades. Se a lei for aprovada pelo Parlamento, os graus obtidos em instituições sérias, seletivas e competitivas, não serão diferentes de qualquer uma outra universidade *ad hoc* privada, *online*.

Os primeiros movimentos estudantis de 1968-1977 tinham como protagonistas em sua maioria estudantes, estudantes pendulates, trabalhadores-estudantes e focavam em suas necessidades, mas em uma segunda fase, durante a década de 1990, o movimento estudantil La Pantera (A Pantera) começou a criticar a privatização das universidades e o sistema educacional de uma forma mais geral por tornar a produção de conhecimento subserviente ao mundo dos negócios. Os novos movimentos sociais brotaram após a assim chamada Reforma Berlinguer, aprovada em 2000 por um governo “progressivo”, que aumentou a autonomia financeira da universidade ao diminuir o apoio estatal da educação superior e das instituições de pesquisa, empurrando, assim, as universidades para uma relação orgânica com o mundo dos negócios. A “Reforma” inaugurou uma década de lutas – começando pela ocupação da Universidade de Roma *La Sapienza* em 2001 – mostrando como as políticas neoliberais não haviam mudado com a cor do Ministério. A privatização da universidade pública foi realizada com igual urgência por diferentes tipos de governos, tanto pelo politicamente posicionado na centro-esquerda quanto pelo posicionado da centro-direita. Cortes orçamentários causaram a degradação dos serviços estudantis, o encolhimento de garantias, bolsas e outras formas de apoio financeiro e a decolagem das mensalidades. Juntos eles causaram protestos e tumultos



entre estudantes universitário e o florescimento de coletivos. Em 2008 uma mobilização generalizada chamada *L'Onda* (A onda) viu professores plenos e associados, assim como pesquisadores se recusando a ensinar. Por fim, o movimento também trazia questões dos intelectuais não-docentes da universidade: os *precaris* – a força de trabalho menos remunerada em termos de empregos de ensino, que nós chamamos de *lumpen-risercariat*, que são os assistentes de laboratório, palestrantes, tradutores, leitores, assistentes que constituem hoje um novo sujeito e uma forma coletiva de agência.

Muitos hoje prevêem um “Segundo 1968”, significando um movimento de massas de sucesso. Em vez disso, o que pode acontecer é que os protestos universitários poderiam se ligar mais organicamente com outros movimentos sociais contra a crise, movimentos de desempregados, os *indignados*, que dizem não ao liberalismo suas receitas de privatização e crescimento forçado. Tal prospecto de conectar diferentes questões tendo na raiz o mesmo problema é corroborado pelo envolvimento de muitos estudantes, trabalhadores, pesquisadores e professores em um grande movimento do precariado, especialmente após a demonstração nacional de 30 de março (2012) em Roma considerando a mobilização internacional de Frankfurt (16-19 de

“Nosso futuro é agora, a vida não espera” – um dos slogans centrais do precariado da universidade.

maio).

Para atualizações sobre os protestos, o seguinte website pode ser consultado: <http://www.ateneinrivolta.org/> (Universidades em Revolta). Aqui você pode acessar documentos, propostas, relatórios de encontros, vídeos e informações. Há uma forte ênfase em questões de gênero, já que as mulheres são discriminadas dentro das universidades em termos de carreira, sub-representação em posições acadêmicas e em níveis mais altos de administração. A decisão do governo de fazer o infame corte orçamentário de 20 bilhões de euros nas universidades estatais afeta em sua maioria as mulheres – que são sobre-representadas entre os trabalhadores precários. Isso prejudica, particularmente, os colégios do Sul e os sujeitos marginalizados, como a população GLBTT. ■

¹ Francesca Ruocco, “Il lavoro precario in Università” Pp.56-61 in *Inchiesta* n. 174, ottobre-dicembre 2011. Bari: Edizioni Dedalo.

> A ISA na ONU

Crime e Justiça Criminal

Por Rosemary Barberet, Faculdade John Jay College de Justiça Criminal, Nova York, EUA

No mês de abril eu participei da 21ª Sessão da Comissão das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Justiça Criminal (CCPCJ) em Viena, na condição de representante da Associação Internacional de Sociologia (ISA), que possui status consultivo enquanto uma organização não governamental. Eu estive observando as sessões dessa comissão por dez anos. Eu acho que, em geral, há uma grande necessidade de inserção sociológica nas Nações Unidas (ONU). Tanto sociólogos quanto criminologistas possuem muito à oferecer para a CCPCJ.

A CCPCJ das Nações Unidas é um corpo subsidiário do Conselho Econômico e Social (ECOSOC). O ECOSOC estabeleceu a Comissão em 1992. Seus temas prioritários são:

- ação internacional para combater crimes nacionais e transnacionais, incluindo crime organizado, crimes econômicos de lavagem de dinheiro e promovendo o papel do direito penal na proteção do meio-ambiente;
- Prevenção do crime em áreas urbanas, crime juvenil e crimes violentos;
- Eficiência, justiça e melhoria no gerenciamento dos sistemas de justiça criminal;

A Comissão desenvolve, monitora e revisa as implementações do Programa das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Justiça Criminal das Nações Unidas e viabiliza a coordenação dessas atividades. A Comissão fornece direção substantiva e organizacional para o Congresso das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Justiça Criminal, que ocorre a cada cinco anos. A Comissão atua como o órgão do Fundo das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Justiça Criminal, o fundo da ONU que fornece recursos para promover assistência técnica

no campo da prevenção do crime e da justiça criminal, realizada pelo Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC). A CCPCJ consiste de um representante de cada um dos 40 Estados-membros, e são eleitos pelo Conselho a cada três anos.

A Comissão é assistida pela Rede do Programa das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e Justiça Criminal, composta por um número de institutos inter-regionais, regionais e nacionais comprometidos com o suporte à implementação Programa das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Justiça Criminal. (Por exemplo, o Instituto Nacional para a Justiça nos Estados Unidos contribui com o trabalho da Rede do Programa.)

Cada sessão tem um tema de discussão. Este ano, o tema foi "A violência contra migrantes, trabalhadores migrantes e suas famílias." O tema tem origem na "Declaração de Salvador", que se seguiu a partir do congresso das Nações Unidas sobre Crime de 2010, por sugestão da Turquia. O tema é muito oportuno neste ano: as notícias amplamente distribuídas descreveram migrantes da América Central extorquidos pela polícia ou seqüestrados por quadrilhas de traficantes no México, ou que morreram no deserto do Arizona. Marine Le Pen apresentou uma plataforma anti-imigrante nas últimas eleições francesas; refugiados da "Primavera árabe" inundaram revoltas em torno países do Oriente Médio e Norte da África. O tema é transversal, porque se relaciona com o trabalho da Comissão de Crime no contrabando e tráfico de migrantes, mas também para o trabalho em direitos humanos realizadas por outros órgãos da ONU. No entanto, enquanto a Comissão liga o crime de tráfico de migrantes com a violência contra os migrantes, curiosamente, François Crépeau, o Relator Especial sobre os Direitos Humanos dos Migrantes, lembrou à Comissão que o contrabando de migrantes era, por vezes, uma atividade de salva-vidas, não aquele que necessariamente levou à violência contra os migrantes.

>>

Ele nos lembrou que o filme Casablanca era sobre uma quadrilha de contrabando humano, e como isso gerou uma impressão muito positiva do contrabando humano. Mas onde está a pesquisa sociológica em tudo isso?

O papel do ISA em eventos da ONU tem sido o de observar, para fornecer um feedback ao Presidente da ISA e ao Comitê Executivo e, sempre que possível, para fornecer dados de pesquisa de delegações dos Estados membros. Apesar do fato de que a Comissão para o Crime e o UNODC afirmam que suas decisões são baseadas em evidências, ao longo dos anos, o cenário de pesquisa fornecida pelo UNODC e pelo Programa de Rede à Comissão Crime diminuiu. Há três anos, a ISA tem apresentado uma revisão da literatura na Comissão Crime das Nações Unidas sobre o tema principal da discussão. Os membros da ISA devem estar conscientes de que a grande maioria do seu trabalho em revistas acadêmicas não atinge esse público. Portanto, fazer nossa pesquisa acessível e legível para esse público é de suma importância. Nossa revisão da literatura tem como objetivo fornecer um resumo objetivo da literatura mundial sobre o tema principal, definindo-o amplamente, ilustrando-a com exemplos de investigação sociológica em todo o mundo e com especial atenção para as lacunas de conhecimento.

Quais são os desafios de fazer nossa pesquisa disponíveis para esse público? A ONU regula a divulgação de informações por parte das ONGs aos Estados membros com muito cuidado. As ONGs podem apresentar

declarações curtas, e divulgar folhetos que são pré-aprovados pelo Secretariado. Eles também podem abordar diretamente os Estados-Membros a prestar informações por via oral. Mas a ONU não é conhecida como uma organização transparente no seu processo decisório. Embora resoluções são debatidas durante a semana da Comissão de Crime e na Comissão do Todo, a maioria das negociações são realizadas em sessões informais, fechado às ONGs. Dado que as delegações mudam a cada ano, e as ONGs não têm acesso a qualquer tipo de lista de discussão dos membros das delegações, é difícil para disseminar informação. Há também a reticência por parte de várias delegações para ler publicações de ONGs. A maioria das ONGs com status consultivo na ONU são impulsionados por grandes temas e advocacy. Elas não são científicas, associações profissionais, como o ISA. Os Estados-Membros são, portanto, cuidadosos com as ONGs. Além disso, sem diálogo, a utilidade da informação divulgada depende da boa vontade do destinatário. E enquanto nós disseminamos nosso folheto este ano em Inglês e Francês, seria útil traduzi-lo em todas as línguas da ONU.

A Comissão para o Crime é o principal órgão da ONU que cria padrões e normas internacionais para as instituições de justiça criminal, e permite que os Estados membros concordem com as políticas de redução da criminalidade. Influenciando o trabalho da Comissão com a pesquisa sociológica pode ir um longo caminho para influenciar seus resultados. ■

> Você está interessado em editar o eSymposium da ISA?

Por Jennifer Platt, Universidade de Sussex, Reino Unido, e Vice-Presidente de Publicações da ISA, 2010-2014

Muitos membros da ISA devem saber que desde 2005 Vineeta Sinha vem editando um de nossos benefícios de associados, o jornal eletrônico, que inicialmente foi chamado de ISA *E-Bulletin*, mas que recentemente se tornou o ISA *eSymposium*. Essa mudança marcou o deslocamento no sentido de uma presença digital em um website, de forma a existir mais interação com os leitores, bem como a possibilidade de incluir contribuições “não escritas” tanto visuais como de áudio, tal como a fascinante “Ocupação de Toronto: um ensaio fotográfico”, de Zaheer Baber, no último exemplar.

Agora que Vineeta engendrou o novo sistema, chegou a hora de um novo editor sucedê-la em seu distinto mandato. Uma grande variedade de contribuições interessantes apareceu no jornal; certamente haverá muito mais para o futuro. Você gostaria de assumir a responsabilidade de estabelecer e desenvolver essas atividades, ou conheça um colega que faria um bom trabalho? As inscrições para a editoração, que começa em julho de 2013, estão abertas. Por favor veja o [web site da ISA para saber como se inscrever](#).

> O Deserto do Arizona:

uma armadilha mortal para os migrantes

Por Emine Fidan Elcioglu, Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA

No momento em que eu ouvi o clique da câmera, tive que sair em disparada, engas-gada. O mau cheiro da decomposição humana ficou comigo o resto do dia. A imagem que capturei era de uma unidade de refrigeração do Departamento de Exames Médicos em Tucson, Arizona. Embalagens brancas guardavam muitas dúzias de restos humanos, pertencentes a migrantes sem documentos: homens, mulheres e crianças que morreram no sul do Arizona nos “desertos assassinos” enquanto tentavam entrar nos EUA.

A fotografia captura a interação do Estado com uma população indesejada, na vida e na morte. A militarização sistemática da fronteira desde os anos 1990 encaminhou migrantes sem documentos fora de áreas urbanas para terrenos isolados, inóspitos, como o deserto do Arizona. Se os migrantes conseguem sobreviver e chegar a seu destino, permanecem “engaiolados” nos EUA: incapazes de visitar os entes queridos em seu país de origem por conta do risco de apreensão ou de morte no deserto. Ao mesmo tempo, sua presença nos EUA é considerada ilegítima, e a vida cotidiana é ameaçada pela deportação e pela separação da família.



Mas se os migrantes morrem, o Estado, com efeito, permite que eles permaneçam nos EUA. Seus corpos são transportados pelos agentes da Patrulha Fronteiriça em vans 4x4 ao Departamento de Exames Médicos. Lá, pessoas responsáveis pelos restos mortais pesquisam cuidadosamente para identificar pontos-chave; suas peles mumificadas são submetidas a um exame de infravermelho para localizar tatuagens, arcada dentária, e os ossos são examinados para localizar implantes cirúrgicos e outros aspectos identificadores. Qualquer informação é triangulada com consulados do exterior e organizações humanitárias, que podem ter sido contatados pelas famílias que sentem a falta dos entes queridos. Enquanto isso, os

restos são catalogados com nomes anônimos como “John” ou “Jane Doe” – às vezes “John/Jane Doe”¹ quando os restos são pulverizados pelo deserto de forma que até o sexo não pode ser determinado – e então são depositados em refrigeradores. O Estado financia seu transporte, sua acomodação, seu tratamento por familiares e, eventualmente, se não é identificado mesmo, seu sepultamento por uma companhia de funerais contratada na seção do condado do cemitério local. O que o Estado não faz é verter recursos na prevenção dessas mortes de forma geral. ■

¹ “John Doe” é uma expressão em língua inglesa utilizada para fazer referência a uma pessoa indeterminada ou que não se quer mencionar, equivalente a “Fulano” ou “Zé Ninguém”.